

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CÉSAR PRAZERES FRAGA PEREIRA**

**AINDA O DESENVOLVIMENTISMO? RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE  
UMA ANTIGA QUESTÃO**

**Porto Alegre**

**2018**

**CÉSAR PRAZERES FRAGA PEREIRA**

**AINDA O DESENVOLVIMENTISMO? RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE  
UMA ANTIGA QUESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra  
Fonseca

**Porto Alegre**

**2018**

**CÉSAR PRAZERES FRAGA PEREIRA**

**AINDA O DESENVOLVIMENTISMO? RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE  
UMA ANTIGA QUESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador

UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gláucia Angelica Campregher

UFRGS

---

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição de excelência que é motivo de orgulho à sociedade brasileira. Através do professor Pedro Fonseca – pesquisador que me serve de referência, paciente orientador, sem cujos conselhos teria sido impossível a realização deste trabalho – agradeço a todos aqueles membros do corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas cujas contribuições possibilitaram a minha formação como economista.

Agradeço à minha família, por todo acolhimento e cuidado. Em especial, ao meu irmão Pedro Pereira, que contribuiu com o conteúdo deste trabalho.

Por fim, agradeço à Ellen Carbonari, minha companheira e colega, por todo amor e carinho, além das contribuições ao trabalho.

*“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, facilmente explicamos por que as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo.”*

(FURTADO, 2013, p. 395)

## RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar o tema do desenvolvimentismo na forma com que é abordado no debate econômico contemporâneo. Mais especificamente, o trabalho se debruça sobre as duas principais vertentes do pensamento econômico que, a partir de meados da década de 1990, reivindicaram para si a defesa do desenvolvimentismo enquanto programa norteador do progresso socioeconômico nacional. Partindo de determinadas perspectivas conceituais e teórico-metodológicas, a monografia procura reconhecer o conjunto de elementos que informa e dissocia os dois principais campos teóricos do pensamento desenvolvimentista atual: os chamados novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo. A partir de uma análise comparativa da produção teórica de seus principais formuladores, a pesquisa almeja oferecer algumas conclusões de ordem teórica e conceitual sobre essa controvérsia, que ainda se mostra bastante candente no debate econômico contemporâneo.

**Palavras-chave:** Brasil. Pensamento econômico. Novo-desenvolvimentismo. Social-desenvolvimentismo.

## **ABSTRACT**

The current research has as its theme the analysis of development in the present time. More specifically, the work developed on the two main strands of economic thinking which, from the mid-1990s, claimed for it serves the defense of development as a program of national socioeconomic progress. Starting from certain conceptual and theoretical-methodological perspectives, the monograph seeks to recognize the set of elements that inform and dissociate the two main theoretical fields of current developmental thinking, which are: the so-called new-developmentalism and the social-developmentalism. From a comparative analysis of the theoretical production of its main formulators, this research aims to offer some theoretical and conceptual conclusions about this controversy, which is still quite burning in the contemporary economic debate.

**Keywords:** Brasil. Economic thought. New-developmentalism. Social-developmentalism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS: DO DESENVOLVIMENTISMO À MACROECONOMIA.....</b>	<b>14</b>
2.1	NOTA METODOLÓGICA.....	14
2.2	O QUE É DESENVOLVIMENTISMO? O CONCEITO E SUA CONSTRUÇÃO....	15
2.3	DESENVOLVIMENTISMOS NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	20
2.4	REGIMES DE CRESCIMENTO: <i>WAGE-LED VS. EXPORT-LED GROWTH</i> .....	25
<b>3</b>	<b>SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO .....</b>	<b>30</b>
3.1	REGIME DE CRESCIMENTO APOIADO NO CONSUMO: A ECONOMIA BRASILEIRA E O MODELO <i>WAGE-LED</i> .....	31
3.2	PROJETO SOCIAL-DESENVOLVIMENTISTA PARA O BRASIL: CRESCIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA .....	34
<b>3.2.1</b>	<b>Em longo prazo: a estratégia das três frentes de expansão .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Em curto prazo: política macroeconômica na estratégia social-desenvolvimentista .....</b>	<b>40</b>
3.3	TESTANDO HIPÓTESES .....	43
<b>4</b>	<b>NOVO-DESENVOLVIMENTISMO.....</b>	<b>46</b>
4.1	O VELHO E O NOVO .....	46
4.2	MACROECONOMIA NOVO-DESENVOLVIMENTISTA E A CRÍTICA DO REGIME DE CRESCIMENTO ATUAL: PROPOSTAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	51
4.3	TESTANDO HIPÓTESES .....	58
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>74</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O tema do desenvolvimento constitui uma das questões medulares para a compreensão dos caminhos do pensamento econômico brasileiro nas primeiras décadas do século XXI, contribuindo significativamente, ainda, para as demais áreas das ciências sociais nas produções analíticas contemporâneas. A relevância manifesta-se com maior clareza quando se tem presente a perenidade do desenvolvimento como elemento estruturante do discurso teórico e político no campo do conhecimento econômico. Enquanto objeto de estudo dos pesquisadores brasileiros, o tema evoluiu em paralelo aos ciclos desenvolvimentistas que marcaram a história do país (SILVA, 2013) – embora tenha aparecido, na literatura, ainda no século XIX. Dada a abrangência do tema do desenvolvimento, delimita-se esta monografia à retomada, que vem ocorrendo desde fins da década de 1990, das formulações teóricas e político-econômicas que caracterizaram as experiências desenvolvimentistas do Brasil. Mais especificamente, à controvérsia entre as principais vertentes do pensamento desenvolvimentista atual: os chamados novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo.

O estudo do desenvolvimentismo requer delimitação e conceituação claras, pois este é termo tanto largamente utilizado quanto pouco compreendido, aparecendo recorrentemente no debate público nacional (desde publicações na imprensa e debates eleitorais até pesquisas acadêmicas). Trata-se de fenômeno histórico relacionado à trajetória percorrida pela economia brasileira (Processo de Substituição de Importações – PSI) no período de 1930 a 1980 e ao pensamento social a ela relacionado, que se articularam na transformação da sociedade através da expansão da atividade industrial orientada pelo Estado. Tal processo é associado ao “velho desenvolvimentismo” brasileiro e latino-americano.

Durante muito tempo, as proposições desenvolvimentistas foram tônica das discussões sobre planos e projetos estatais de indução do crescimento. Entretanto, a partir dos anos 1980, as estratégias e as práticas de políticas interventoras relativas ao velho desenvolvimentismo sofreram reveses. Contribuíram para tal tanto fatores objetivos quanto ideológicos. Em primeiro lugar, ocorreu a grave crise da dívida externa, que sintetizou o esgotamento do modelo de crescimento anterior. Em segundo lugar, a inflação, em sua versão inercial, tomou proporções antes impensáveis. Na esteira destes eventos, o país atravessou, ao longo das duas décadas finais do século XX, um período economicamente muito conturbado, combinando processo de hiperinflação em paralelo a baixas taxas de crescimento.

A crise significou a desarticulação do padrão de crescimento anterior. Quando se soma a isso a profunda instabilidade macroeconômica, compreende-se a incerteza e perplexidade com

relação às tendências de longo prazo que marcaram o momento. Desta forma, o pensamento econômico passou a estar desprovido de suas “referências organizadoras tradicionais” – referências a um padrão de desenvolvimento e a estratégias políticas correlatas (BIELSCHOWSKY, 2012, pp. 734-735).

A retomada da ideologia liberal emergiu, assim, como solução para a crise do desenvolvimentismo, do Estado planejador e interventor, considerado ineficiente na alocação dos recursos da sociedade. Esse mesmo Estado passou então a ser visto como uma entidade disfuncional, mero corpo burocrático concessor de vantagens empresariais indevidas, como salienta Bastos (2012, p. 780). As saídas para a crise da dívida externa ocorreram através de privatizações, da implementação de medidas liberalizantes e de reformas institucionais pró mercado, além de políticas macroeconômicas ortodoxas – a despeito da execução dos conhecidos planos heterodoxos de combate à inflação, uma vez que, nesta tarefa, o receituário tradicional não se mostrou eficaz.

A contenção do processo inflacionário significou uma mudança importante, assim como a janela de oportunidades aberta, posteriormente, pelo crescimento das importações chinesas de matérias-primas brasileiras. Estas duas mudanças representaram um “solo fértil” para uma nova fase de debates sobre o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 735).

Apesar de a inflação ter sido controlada, as políticas neoliberais não se mostraram capazes de acelerar o progresso da produção e da produtividade<sup>1</sup>. O fracasso da “ortodoxia convencional”, na expressão de Bresser-Pereira (2006), na promoção do crescimento econômico e da justiça social reforçou o ressurgimento dos paradigmas de política econômica alicerçados na intervenção do Estado no alcance do objetivo do desenvolvimento. É neste contexto que reaparece o debate acerca do desenvolvimentismo e suas propostas para a superação dos problemas econômicos e sociais do Brasil.

Na literatura recente, predominam, como se salientou anteriormente, duas vertentes principais: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. A primeira tem como preocupação principal alcançar-se um padrão de crescimento capaz de se sustentar no tempo ao assumir trajetória equilibrada, através, sobretudo, do enfrentamento à restrição externa pela obtenção de *superávits* comerciais. Na concepção da segunda, é necessário alcançar-se padrão de crescimento com maior equidade social, tomando-se a expansão do consumo de massa como um dos principais motores. O objetivo deste trabalho é justamente oferecer uma radiografia deste debate, mapeando seus principais argumentos e pontos de diferenciação.

---

<sup>1</sup> Os dados da tabela 1, constante no anexo ao final deste texto, explicitam este fato.

Com este objetivo, pretende-se responder, nesta monografia, às seguintes interrogações:

- a) Partindo-se das formulações teóricas identificadas e das propostas delas decorrentes, qual(is) a(s) diferença(s) entre novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo?
- b) O novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo podem, no enquadramento conceitual deste trabalho<sup>2</sup>, ser considerados desenvolvimentistas?

Esta discussão mostra-se pertinente, em primeiro lugar, pela recorrência do uso do termo “desenvolvimentismo”. O fato de o conceito ser largamente utilizado mostra que a sociedade não consegue prescindir dele. Se houvesse expressão alternativa para se referir aos fenômenos que se pretende designar, usar-se-ia outra no lugar. Entretanto, não havendo clareza sobre os conceitos, tem-se, como consequência, a ocorrência de “diálogos de surdos”, de forma que as trocas de opiniões carecem de resultados profícuos. Este problema é singularmente grave no campo da ciência, no qual as categorias de análise exigem definição rigorosa. Ademais, a precisão conceitual é relevante por serem os conceitos não só instrumentos de comunicação, mas instrumentos do pensamento. Desde logo, compreende-se que a imprecisão distorce a própria reflexão.

Observa-se confusão acerca da ideia de desenvolvimentismo inclusive entre economistas de renome, de forma que o trabalho sobre o tema resta justificado. A expressão desta imprecisão é especialmente evidente nas discussões sobre a “Nova Matriz Econômica” do primeiro mandato de Dilma Rousseff, geralmente caracterizada, sobretudo por seus opositores, como exemplo do fracasso das políticas desenvolvimentistas, às vezes também associadas à populismo e irresponsabilidade. Entre tais economistas, destaca-se Samuel Pessoa (2014), que, referindo-se a estas políticas, usou a expressão “nacional-desenvolvimentismo” e chegou a mencionar, em comparação, a experiência do governo Geisel.

Portanto, é tarefa premente responder à pergunta: o que é desenvolvimentismo? Porém, deve-se ir além, já que esta tarefa já foi, em parte, realizada. Se esta é temática usual no debate, a comunidade acadêmica deve procurar esclarecer o que segue: qual desenvolvimentismo? Pois se sabe que se trata de experiência histórica multifacetada para a qual, no campo teórico, não há uma formulação única e consensual. Assim justifica-se a empreitada de esclarecer a atual controvérsia.

---

<sup>2</sup> O conceito de desenvolvimentismo, formulado por Fonseca (2015), com que se trabalha nesta monografia é explicado no segundo tópico do segundo capítulo.

Para procurar responder às perguntas supracitadas, parte-se das seguintes hipóteses: i) ambas as vertentes contemporâneas do desenvolvimentismo brasileiro preenchem os requisitos do conceito<sup>3</sup> e, logo, podem receber a mesma designação que as experiências históricas consagradas pela literatura; ii) colocam-se como heterodoxas<sup>4</sup> por apreenderem fatores do lado da demanda como “motores” do crescimento<sup>5</sup>; iii) diferem, principalmente, quanto à variável de demanda agregada que será a principal determinante do crescimento econômico.

Esta monografia divide-se, para além desta introdução, em três capítulos.

No primeiro deles, empenha-se na caracterização do referencial teórico subjacente à discussão: expõe-se o método utilizado, explica-se o conceito de desenvolvimentismo com que se está trabalhando – a partir das formulações de Fonseca (2015) –, situando-se o fenômeno na história do Brasil. Por fim, expõe-se, brevemente, o debate entre regimes de crescimento no qual se supõe estar inserida a controvérsia atual.

No segundo capítulo, estuda-se o social desenvolvimentismo. Primeiramente, apresenta-se suas linhas gerais e ressalta-se suas semelhanças com as políticas de governo que marcaram as primeiras décadas deste século. Após, expõe-se suas propostas – e formulações teóricas a ela subjacentes – a partir da estratégia de longo prazo e das políticas macroeconômicas, de curto prazo. Por último, testa-se as hipóteses.

No terceiro capítulo, dedica-se à investigação do novo-desenvolvimentismo. Expõe-se suas características gerais em contraposição ao “velho desenvolvimentismo”, ressaltando-se as políticas macroeconômicas. Em seguida, apresenta-se suas principais propostas de política econômica, bem como a fundamentação teórica destas. E, por fim, testa-se as hipóteses.

Ao final desta monografia, nas considerações finais, procede-se a um breve balanço dos exercícios descritos nos parágrafos anteriores. Compara-se elementos teóricos que

---

<sup>3</sup> Os requisitos necessários para a classificação de uma política ou ideologia como desenvolvimentista são explicitados no segundo tópico do segundo capítulo, dedicado à explanação do conceito utilizado.

<sup>4</sup> Toma-se como referência a ideia de heterodoxia sintetizada por Lee no *The New Palgrave Dictionary of Economics*: “Although ‘heterodox economics’ is a widely used term, precisely what it means is debated. I argue that heterodox economics refers to a body of economic theories that holds an alternative position vis-à-vis mainstream economics; to a community of heterodox economists who identify themselves as such and embrace a pluralistic attitude towards heterodox theories without rejecting contestability and incommensurability among heterodox theories; and to the development of a coherent economic theory that draws upon various theoretical contributions by heterodox approaches which stand in contrast to mainstream theory” (LEE, 2008, p. 5790). O “posicionamento alternativo” a caracterizar a heterodoxia, aqui, refere-se ao ponto citado na hipótese (entendimento de que a oferta não determina a demanda) e ao citado na nota de rodapé seguinte.

<sup>5</sup> A hipótese inicial com que se estava trabalhando durante a fase da pesquisa desta monografia contemplava, entre as razões pelas quais as vertentes podem ser qualificadas como heterodoxas, a necessidade de ação do Estado para o crescimento de longo prazo. No entanto, o intervencionismo é um dos requisitos do conceito de desenvolvimentismo, como se verá adiante, e, pois, já está implícito na primeira hipótese. Portanto, restaria redundante sua presença na segunda e, por tal razão, omite-se este elemento.

fundamentam as propostas das vertentes, assim como as diferenças e semelhanças entre as políticas econômicas defendidas.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: DO DESENVOLVIMENTISMO À MACROECONOMIA

### 2.1 NOTA METODOLÓGICA

Como passo inicial da presente investigação sobre o pensamento desenvolvimentista na Ciência Econômica, irá referenciar-se o marco teórico do exercício proposto. Entende-se, por hipótese, que a discussão atual se insere na controvérsia *wage-led growth vs. export-led growth*<sup>6</sup>. Por tal razão, seguir-se-á, para este capítulo, o caminho exposto na introdução.

Os capítulos dedicados à exposição das teorias e propostas novo-desenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas objetivam compreender o desenvolvimentismo brasileiro atual nas suas principais formulações teóricas. Para isso, apresentar-se-ão as vertentes tanto a partir de suas origens quanto de suas propostas. Procurou-se expor suas características tal qual geralmente são apresentadas pelos próprios autores presentes nas referências bibliográficas. Entende-se que tal procedimento pode facilitar a exposição e torna-la fiel àquilo que pretendiam seus formuladores.

O primeiro critério utilizado para escolha destes foi a própria autodenominação. Aqueles que se denominam novo-desenvolvimentistas ou social-desenvolvimentistas são, aqui, igualmente caracterizados. Este critério pode parecer óbvio, no entanto nem sempre é adotado pelos pesquisadores, pois há aqueles que entendem que mera denominação não pode ser de maior valia do que o conteúdo das elaborações teóricas<sup>7</sup>.

Entretanto, não se restringiu a tal. Além deste critério, referenciou-se naqueles que se associaram, explícita ou implicitamente, às propostas tidas como desenvolvimentistas (novo ou social). Mesmo que o autor não tenha denominado a si próprio social-desenvolvimentista, entendeu-se que se enquadrava na corrente se se observasse uma defesa das políticas propostas por ela. Este é o caso, por exemplo, de Mollo e Amado. Embora não se autodenominem, defendem explicitamente em seus trabalhos (MOLLO; AMADO, 2015) propostas reconhecidas por elas como atinentes ao social-desenvolvimentismo. Atendidos os referidos critérios,

---

<sup>6</sup> A controvérsia é explicada no quarto tópico deste capítulo.

<sup>7</sup> Veja-se, por exemplo, artigo de Mollo e Amado (2015), no qual separam o desenvolvimentismo brasileiro recente em três correntes: os novos desenvolvimentistas precursores, os desenvolvimentistas pós-keynesianos e os social-desenvolvimentistas. Neste artigo, citam entre os pós-keynesianos Sicsú, Paula e Michel (2005), em trabalho intitulado “Por que novo-desenvolvimentismo?”. Por certo as autoras têm razões para tal. No entanto, considera-se melhor a separação presente, posto que se conclui forçoso desconsiderar aquilo que os próprios pesquisadores pretendem com suas propostas em nome de uma filiação teórica que não é muito diferente das de outros autores elencados por elas na primeira vertente, como ficará mais claro adiante.

restringiu-se àqueles(as) autores(as) mais influentes na literatura sobre o tema, dada a impossibilidade de se estudar todos que se dedicaram ao assunto.

Ao final dos capítulos destinados à exposição das correntes, há uma sessão específica com a finalidade de testar as hipóteses. Nestas sessões, procura-se observar se as propostas atuais contemplam aqueles elementos imprescindíveis<sup>8</sup> à caracterização do fenômeno histórico do desenvolvimentismo. Embora possa haver variadas semelhanças, é relevante compreender se dizem respeito àqueles elementos formadores do conceito, pois isto nos permite concluir se o retorno ao pensamento desenvolvimentista precursor ocorre naquilo que há de essencial a este. E, igualmente, procura-se observar o que há de “diferente na semelhança”, pois é certo que não é pela possibilidade de caracterização do pensamento presente tal qual os atributos do conceito que não há divergências entre as correntes atuais e as experiências históricas que serviram de base à elaboração conceito. Além disto, testa-se igualmente a segunda hipótese, referente ao caráter heterodoxo das formulações, tal qual o sentido definido na introdução.

A hipótese de que a principal diferença entre as vertentes do desenvolvimentismo atual reside na variável de demanda agregada entendida como a que deve ser a principal a induzir o crescimento econômico é testada apenas parcialmente nas sessões referidas no parágrafo anterior. O caráter parcial do teste decorre do fato de que a diferença só será esclarecida em sua completude nas conclusões. Nos dois capítulos precedentes, o que se irá testar é se se pode afirmar que a escolha da variável em questão tem relevância central para as propostas de política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo.

Por fim, após serem testadas as hipóteses, integralmente as primeiras e parcialmente a terceira, procede-se, nas conclusões, a um balanço dos dois projetos, quando se integraliza o último teste. Compara-se as políticas principais e as mais específicas. Percorre-se este caminho por se ter a compreensão de que as vertentes seriam melhor compreendidas se explanadas isoladamente, prosseguindo-se a um balanço somente ao final do trabalho, de tal forma que as comparações ficariam melhor esclarecidas e situadas.

## 2.2 O QUE É DESENVOLVIMENTISMO? O CONCEITO E SUA CONSTRUÇÃO

Como foi enunciado acima, utilizar-se-á, nesta monografia, o conceito formulado por Fonseca (2015). Em primeiro lugar, porque se trata de artigo completo dedicado ao objetivo único de “delimitar o conceito de desenvolvimentismo desde a realidade histórica latino-

---

<sup>8</sup> Os referidos elementos dizem respeito aos atributos do conceito formulado por Fonseca (2015).

americana” (2015, p. 5). Nele, abordou-se o tema de maneira exaustiva, embasando-se em diversas visões, incluindo-se as de: Amsden (2001); Bielschowsky (1988); Bresser-Pereira (2006; 2010a); Cardoso e Faletto (1970); Chang (1999); Evans (1992); Herrlein Jr. (2012); Johnson (1982; 1999) Schneider (1999); Wade (1990). Trata-se de referência no estudo do desenvolvimentismo do ponto de vista conceitual.

Esta escolha deve-se, ademais, a algumas características importantes de sua formulação, que derivam da forma como foi construída: abarca período de tempo amplo; contempla diferentes variações do desenvolvimentismo brasileiro; e permite observar se atributos históricos do fenômeno permanecem nas vertentes desenvolvimentistas atuais. A seguir, descreve-se brevemente o caminho trilhado pelo autor para esclarecer-se sua relevância e precisar-se o sentido de sua conceituação.

Os conceitos são produtos daqueles que o utilizam – e, assim, dão-lhe sentido – ao longo do tempo. Os pesquisadores deparam-se constantemente com acontecimentos novos que lhes obrigam a readaptar as categorias<sup>9</sup> à realidade modificada. Desta forma, estas passam por “viagem” (*traveling*), nas palavras de Sartori (*apud* FONSECA, 2015, p. 10), em recorrente transformação, podendo-se observar diferentes acepções com que a comunidade científica geralmente trabalha nos diversos períodos de tempo. Visando a abarcar elementos novos, os cientistas frequentemente são tentados a “alongar” os conceitos, readaptando os atributos constitutivos do seu núcleo (*core*) definidor de forma a aumentar o conjunto dos casos (extensão) que se pretende designar. Pode-se trilhar, igualmente, o caminho inverso e procurar melhor delimitar o conjunto dos elementos do *core* do conceito de forma a aumentar seu poder explicativo (intensão), embora, neste caso, ele se aplicaria a um menor número de *cases*. Manifesta-se, nesta dicotomia, o *trade-off* entre intensão e extensão com que se deparou o autor na elaboração de sua definição de desenvolvimentismo.

A forma como Fonseca lidou com esta oposição foi a escolha de um método que não desconsiderasse nenhuma dessas qualidades, procurando certa posição intermediária entre ambas. Desta forma, a revisão da literatura a que procedeu Fonseca possibilitou ao autor identificar um núcleo formador do conceito que contém elementos precisos e que, ao mesmo

---

<sup>9</sup> “Alguns autores [...] utilizam conceito e categoria como similares [...]. Para evitar equívocos, aqui se entende categoria como termo teórico, ou seja, um conceito circunscrito ao trabalho científico. Por isto, é usual que as categorias assumam significados e matizes de acordo com as abordagens e os paradigmas teóricos concorrentes em determinada comunidade de pesquisadores ou profissionais. Destarte, termos como ‘cadeira’ ou ‘biblioteca’, por exemplo, por certo têm seu conceito, mas não são termos teóricos ou categorias, ao contrário de ‘produto interno líquido a custo de fatores’, ‘renda da terra’, ‘desenvolvimento’ ou ‘lucro’. Este último bem ilustra os múltiplos usos em uma mesma comunidade: ora é utilizado para designar a remuneração de um fator de produção, ora como contrapartida pela espera (tempo), ora como ganho extraordinário (e daí o adjetivo em ‘lucro puro’) e ora como trabalho não pago, ou parte da mais-valia.” (FONSECA, 2015, p. 7)



tempo, abarca períodos da história relativamente amplos, além de permitir a incorporação de duas formas distintas de desenvolvimentismo amplamente estudadas na historiografia econômica brasileira: o nacional-desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo dependente-associado.

Contemplar esses dois fenômenos, que, embora distintos, compartilham elementos comuns (e, por isso, são frequentemente entendidos em conjunto), é relevante pelo fato de que seria exercício limitante utilizar, no presente trabalho, um conceito que não fosse capaz de abarcar explicitamente ambas experiências, pois não teria a mesma validade para se comparar a forma como reaparece o debate desenvolvimentista no Brasil em relação ao seu precursor, já que este contemplaria um conjunto de experiências muito mais restrito.

A segunda vantagem do conceito formulado por Fonseca refere-se ao duplo caráter da conceituação por ele realizada: ao mesmo tempo teórico e histórico. Desenvolvimentismo, como expõe o autor, é expressão pertencente à mesma família que “keynesianismo” ou “neoliberalismo”, que designam coisas indissociáveis, porém epistemologicamente diferentes. Tal duplicidade decorre da opção metodológica que lhe fundamenta. O procedimento seguido por Fonseca foi de, primeiramente, buscar congruência entre os elementos constitutivos dos conceitos nas compreensões dos autores que o utilizaram<sup>10</sup>. A partir desta busca, obteve-se o núcleo comum de atributos presentes nas diversas acepções (FONSECA, 2015, pp. 20-21). Procedeu-se, então, à verificação de tais atributos nos *cases* históricos que a própria literatura consagrou como experiências desenvolvimentistas. Portanto, “keynesianismo”, “neoliberalismo” e “desenvolvimentismo” referem-se, em primeiro lugar, a práticas objetivas de política econômica, mas também, em segundo, a um conjunto de ideias e teorias – a práticas subjetivas. São fenômenos, ao mesmo tempo, do mundo material e do mundo do pensamento (FONSECA, 2015, p. 8). A duplicidade é útil a esta monografia porque, nela, discute-se, por um lado, a história do velho desenvolvimentismo – enquanto estratégia de desenvolvimento executada por diferentes governos a ele associados – e, por outro, as teorias e análises que se desenvolveram a partir desta, nas quais se incluem as formuladas pelos novo-desenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas, além das pesquisas em âmbito da CEPAL. Uma categoria que fosse restrita a “um dos mundos” traria em si uma limitação inerente.

O núcleo comum principal de atributos identificado na literatura consultada e proposto por Fonseca é composto dos seguintes elementos:

---

<sup>10</sup> Entre tais autores, encontram-se os citados no primeiro parágrafo deste tópico.

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2015, pp. 20-21)

Pode-se resumir o conceito de desenvolvimentismo a partir dos seguintes elementos: i) projeto nacional; ii) intervencionismo; e iii) industrialização. O autor salienta a recorrência de outros atributos na literatura pesquisada (FONSECA, 2015, pp. 35-36). Segundo ele, também seriam frequentes: apoio em capital estrangeiro; redistribuição de renda; bancos de desenvolvimento; reforma agrária, dentre outros. No entanto, adicionar estes elementos ao *core* do conceito teria como resultado a descaracterização de casos históricos tradicionalmente consagrados pela literatura, daí a importância metodológica da verificação histórica. Os demais atributos (não pertencentes ao *core*) mostram-se, no entanto, relevantes para a caracterização de subtipos, que permitem maior clareza na diferenciação entre os *cases* históricos, já que não são incompatíveis com o núcleo do conceito. A presença de capital estrangeiro é definidora, por exemplo, na caracterização do desenvolvimentismo dependente-associado, em contraposição ao nacional-desenvolvimentismo.

Ressaltados os aspectos metodológicos da categoria que aqui serve como objeto de análise, prossegue-se com a definição propriamente dita:

[Desenvolvimentismo é] *a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.* (FONSECA, 2015, p. 40, grifo do autor)

Primeiramente, ressalta-se a noção de intencionalidade das intervenções em prol da reversão do *status quo*. Poder-se-ia deduzir que esta noção está implícita na própria ideia de

política econômica, pois esta já supõe um certo objetivo<sup>11</sup>. Entretanto, aparece com clareza na expressão “deliberada”. Na avaliação dos *cases* históricos, identificar a intencionalidade pode mostrar-se tarefa difícil e imprecisa, porquanto não se restringe à mera retórica, devendo-se respaldá-la em ações concretas (FONSECA, 2015, p. 33). No presente trabalho, esta dificuldade é, em alguma medida, diminuída, posto que as políticas novo-desenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas não são buscadas na história, mas em propostas para o futuro fundamentadas em formulações teóricas. Portanto, a sua evidência é verificada se estiver presente, implícita ou explicitamente, nas proposições dos autores.

Em segundo lugar, ressalta-se o papel central do setor industrial na realização do crescimento econômico, sendo este último condição necessária para a consecução dos objetivos finais desejáveis. A industrialização é “variável-chave do núcleo comum do desenvolvimentismo, enfatizada pelos autores [...] e presente [...] nas experiências históricas” (FONSECA, 2015, p. 41). Portanto, a centralidade da indústria deve ser clara nas propostas dos autores partícipes da controvérsia atual para que se possa caracterizá-las por desenvolvimentismo, tal como ocorreu na história da economia brasileira e latino-americana.

O intervencionismo manifesta-se quando se toma em conjunto as ideias de industrialização, política econômica, intencionalidade e sistema capitalista. Pois se o Estado, em uma economia capitalista, deve implementar medidas voltadas ao crescimento e à industrialização, subentende-se que o mercado não é capaz de, por si só, garanti-los ou, pelo menos, que não o fará com a mesma eficácia ou rapidez. Desta forma, deve-se buscar, nas propostas das vertentes do desenvolvimentismo brasileiro atual que se investiga neste trabalho, a evidência da necessidade de intervenção estatal na economia para que se possa observar semelhante caracterização do fenômeno histórico passado.

Por último, retoma-se o primeiro atributo formador do *core* do conceito: projeto nacional. Não se deve confundir-lo com o atributo “planejamento”, verificado pelo autor na literatura e na experiência histórica. Este último diz respeito à existência de um “documento de caráter técnico para expressar seu plano de governo, com setores e metas prioritários, bem como para permitir acompanhamento ao longo de sua execução” (FONSECA, 2015, p. 36). O ponto relevante, ao se falar em projeto nacional, é ter a nação enquanto centro da estratégia de crescimento e transformação.

---

<sup>11</sup> Entende-se que a escolha do autor pela expressão “política econômica” deve-se, antes, à opção pelo materialismo na controvérsia epistemológica com o idealismo, como referido por Fonseca (2015, pp. 38-39): “o primeiro vocábulo [...] [que] sucede o verbo de ligação posterior ao termo a ser conceituado [...] remete ao conjunto [“ideal” ou “real”] onde se fará a busca deste. [...] [A] palavra seguinte será ideologia ou política econômica?”

### 2.3 DESENVOLVIMENTISMOS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A ideologia desenvolvimentista carrega em si a ideia da necessidade de, através de um conjunto de ações deliberadas, atingir determinado fim entendido como desejável. Está subentendido, nesta concepção, um juízo de valor negativo acerca da situação presente. Quer dizer, só se pode sentir necessidade de mudança se o contexto atual for algo diferente daquele fim que se almeja alcançar. Fonseca (2015, p. 22), fazendo referência à lógica hegeliana, argumenta que o desenvolvimento só poderia afirmar-se enquanto categoria teórica a partir da presença de sua antítese: o não-desenvolvimento – a interrupção do progresso, ou as crises, ou outro processo que tenha sentido semelhante. Na América Latina, o não-desenvolvimento apareceu, no campo do pensamento, a partir da constatação, em primeiro lugar, de que os impulsos realizadores do progresso econômico experimentado pelos países do “centro” não atuavam, aqui, de forma similar. Em segundo, de que as políticas aplicadas e sugeridas pelos mesmos países não se mostraram eficazes na promoção do crescimento econômico e transformação social nos países deste subcontinente. Desenvolveu-se, de certa forma, uma “consciência do atraso”. Na formulação cepalina, tratava-se de subdesenvolvimento, um fenômeno histórico característico do desenvolvimento latino-americano. O desenvolvimentismo apareceu, assim, como resposta, como uma forma de superação do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina (FONSECA, 2015, pp. 22-23).

Associa-se ao velho desenvolvimentismo, enquanto fenômeno do mundo do pensamento, não um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação original do processo de desenvolvimento brasileiro – e latino-americano – que caracterizou a história do país no período que vai de 1930 a 1980 (em especial, a partir de 1950), à qual aliou-se um conjunto de proposições de política econômica marcadas pela ação estatal na consecução do objetivo de superar o subdesenvolvimento e as relações internacionais perversas, que mantinham as nações do subcontinente em condições subordinadas no comércio internacional (CARNEIRO, 2012, p. 750) e “atrasadas” em relação à fronteira do progresso tecnológico mundial. É associado às teses estruturalistas<sup>12</sup> produzidas em âmbito da CEPAL no mesmo período, que tiveram como expoentes Raúl Prebisch e Celso Furtado.

---

<sup>12</sup> O estruturalismo, na Ciência Econômica, pouco ou nada tem a ver com o estruturalismo difundido na linguística e na antropologia – e demais ciências sociais –, o qual “correspondeu a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico” (BIELSCHOWSKI, 2000, p. 20).

Na perspectiva cepalina, o desenvolvimento era um fenômeno histórico e institucionalmente demarcado, o que afasta os trabalhos dos pesquisadores da entidade das formulações ortodoxas baseadas no método hipotético-dedutivo (MOLLO e AMADO, 2015, p. 3). O enfoque histórico-estrutural, como posteriormente passou a ser designado o “método”<sup>13</sup> utilizado pelos autores da CEPAL, caracterizava-se pela observação das estruturas das economias em análise – condições do progresso técnico, do crescimento, do emprego, da força de trabalho, da divisão setorial da produção, da distribuição da renda, etc. – e sua relação com as economias estrangeiras no seio da dicotomia centro-periferia.

As propostas aos *policy makers* partiam do diagnóstico de que a economia brasileira – e a periferia do sistema, de maneira geral – apresentava desenvolvimento assimétrico em relação ao centro, polo irradiador da dinâmica econômica. Uma das razões para tal adviria da assimetria das economias periféricas, nas quais observar-se-ia a proeminência de um único setor sobre os demais no que respeita à produtividade do trabalho. Assim, os setores de subsistência e aqueles ligados ao mercado interno seriam de baixas produtividade e incorporação de capital, em oposição ao setor exportador, de renda *per capita* e progresso técnico mais elevados. Daí decorria a designação da heterogeneidade estrutural. Esta qualidade colocaria, na variável das exportações, o impulso dinâmico fundamental ao crescimento econômico e, ao mesmo tempo, constituiria fator impeditivo da difusão do progresso técnico na economia como um todo.

O Brasil (a periferia), especializado na produção de matérias-primas e alimentos, sofreria, principalmente nas crises, com a diminuição dos preços dos seus artigos de exportação em relação aos dos bens industriais importados – contrariando a teoria das vantagens comparativas. A deterioração dos termos de intercâmbio reduziria a capacidade de importação do país e faria com que os frutos do progresso técnico fossem apropriados pelo centro (PREBISCH, 2000, p. 80), além de determinar (dentre outros motivos relativos à estrutura de oferta) aquele que seria fator central a impedir o crescimento sustentado da economia brasileira: a restrição externa.

A industrialização por substituição de importações foi desencadeada como resposta ao estrangulamento externo e como alternativa de oferta ao atendimento de uma demanda reprimida por bens industriais anteriormente importados. Ela implicou a substituição da demanda externa, antes responsável pelo impulso dinamizador, pela demanda interna. Desta

---

<sup>13</sup> Ressaltou-se o termo com as aspas pela fragilidade como, geralmente, é utilizado para referir-se aos trabalhos da CEPAL, já que não é clara a existência de um método único entre os autores, além de ser relativamente escassa a literatura referente à metodologia dos trabalhos tidos como estruturalistas. A própria ideia de “estrutura” – que deveria ser categoria central – é pouco elaborada pelos autores associados ao estruturalismo, a exemplo de Celso Furtado.

forma, operou-se o deslocamento do centro dinâmico, na clássica descrição de Celso Furtado na *Formação Econômica do Brasil* (2007, pp. 274-285), caracterizando um novo regime de crescimento, *hacia adentro*, calcado no mercado interno. O dinamismo deste impulso poderia espalhar-se pelos diversos segmentos ligados ao mercado interno, dada a presença das empresas industriais, que alterariam o cenário de heterogeneidade anteriormente descrito.

Do que foi dito, depreende-se a importância da expansão da atividade industrial para os teóricos do Processo de Substituição de Importações, já que permitiria a multiplicação dos efeitos dos aumentos de demanda sobre o conjunto da economia e uma certa “emancipação” em relação aos países centrais (decorrente da mudança do centro dinâmico), embora recolocasse outra forma de dependência, posto que o aparato técnico e os bens de capital teriam de ser importados para que se levasse a cabo o processo. A ideia da necessidade de crescimento da indústria e das diversas políticas de incentivo, proteção e progresso técnico do setor, permearam, e tiveram papel fundamental, a ideologia desenvolvimentista ao longo de toda sua história.

O processo a que se referiu acima teve início, no Brasil, nos anos 1930, a partir de quando – aproveitando-se da fragilidade das economias do centro e, internamente, da derrocada das oligarquias agrárias do comando político – passou-se a formular estratégias nacionais de desenvolvimento que passavam pela proteção à indústria nascente e pela promoção de poupança forçada por parte do Estado. Além desta função, também coube ao Estado a implementação de maciços investimentos em infraestrutura e indústrias de base, pouco atrativos ao capital privado nacional, tendo-se em vista, inclusive, a fragilidade do incipiente mercado financeiro nacional, historicamente pouco comprometido com investimentos de longo prazo (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 27).

É certo que a atuação do Estado na economia com o objetivo de promover o crescimento econômico – em 50 anos de história, tal como delimitado acima – não poderia ter ocorrido por uma única “fórmula”, com o uso de um instrumental único para contextos tão diversos. Há, pelo menos, duas variações do desenvolvimentismo, como se mencionou na introdução, consagradas pela literatura e amplamente utilizadas nos estudos dedicados à interpretação do processo histórico brasileiro do período: o nacional-desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo dependente-associado.

O primeiro baseava-se em maior participação do Estado na centralização dos capitais a financiarem os investimentos tidos como estratégicos. Estes centraram-se “nos bens de consumo populares, [...] [com a liderança do] setor privado nacional” (FONSECA, 2015, p. 42), embora houvesse o objetivo de avançar para os setores de bens de capital e de bens

intermediários. Do ponto de vista político, caracterizava-se por articulação entre empresariado nacional, camadas médias, burocracia e trabalhadores urbanos, incorporados ao jogo político a partir do crescimento de sua importância nos processos eleitorais. Estes últimos, no entanto, tinham inserção subordinada, no sentido de não serem capazes de, através do processo político, “estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita [...] desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos” (CARDOSO e FALETTO, 2010, p. 31). Frequentemente, retrata-se, como Cardoso (1971, p. 110), o governo de Getúlio Vargas como exemplo de nacional-desenvolvimentismo. É importante observar que, durante a permanência de Vargas no poder, não se verificou ganhos econômicos aos trabalhadores comparáveis aos ganhos da burguesia nacional, embora se reconheça a maior importância atribuída pelo governo às participações decisórias dos trabalhadores e o reajuste de 100% do salário mínimo de 1954. O que se quer salientar é que – por mais que haja articulação de classes em prol de uma estratégia nacional com crescimento do consumo – seria errôneo associar nacional-desenvolvimentismo à distribuição de renda ou mesmo a maiores intenções democráticas<sup>14</sup>.

Bresser-Pereira resume a tese, de cunho sociológico, da dependência associada como segue: “já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento” (2010b, p. 37). Observa-se uma mudança importante na articulação dos grupos sociais em relação ao nacional-desenvolvimentismo, principalmente na ideia de um empresariado nacional forte e determinado a promover um projeto de industrialização. Em sentido estritamente econômico, a “associação ao sistema dominante” manifesta-se no apoio do financiamento do crescimento brasileiro em poupança externa. Exemplo de desenvolvimentismo dependente-associado, novamente seguindo Cardoso (1971, p. 110), seria o governo Kubitschek. Para a execução do seu projeto de industrialização acelerada, o capital externo representou parcela fundamental das fontes de financiamento.

A despeito das divergências apresentadas acima, em ambos os casos, verifica-se política industrial ativa para garantir os investimentos considerados prioritários, de outra forma não realizados pelo capital privado nacional e internacional. Tais políticas ocorreram de variadas formas. Exemplifica-se: criação da CSN (1941), da Vale do Rio Doce (1942) e da Petrobras (1953), nos governos Vargas; taxas de câmbio múltiplas com favorecimento à importação de

---

<sup>14</sup> Salienta-se que a referida associação não teria como consequência a inadequação dos *cases* históricos em questão ao conceito de desenvolvimentismo descrito em tópico anterior, desde que observados os atributos de seu núcleo básico.

bens de capital definida pela Instrução 70 da SUMOC, que vigeu, sem grandes alterações, de 1953 a 1957; incentivos fiscais a empresas industriais estrangeiras na abertura de filiais no país, que ocorreu através da Instrução 113 da SUMOC de 1955, que perdurou durante o governo Kubitscheck; especialmente, a execução do Plano de Metas, que talvez seja o exemplo mais acabado de política não só destinada ao fomento do investimento industrial, mas à própria criação de setores inteiros praticamente novos na indústria brasileira.

Portanto, observa-se que a prioridade inquestionável dada ao setor industrial manifesta-se plenamente nas duas variações do desenvolvimentismo apresentadas acima. As diferenças em relação ao capital estrangeiro não interferem nesta priorização, nem na concepção de que era necessário industrializar e usar o arcabouço institucional do Estado na consecução deste objetivo.

As políticas nacionais de desenvolvimento acima descritas – que ficaram conhecidas como desenvolvimentismo (nacional ou dependente-associado) – duraram até a década de 1980, quando chegaram a seu esgotamento após a maturação dos investimentos do II PND. Pode-se afirmar que o Processo de Substituição de Importações chegou ao seu limite após ter passado pela implantação das indústrias de bens de consumo não duráveis, de consumo duráveis e de bens de capital. Nos processos de criação destes setores, contou-se, durante determinados blocos de investimento, com a disponibilidade de recursos internacionais no contexto do Plano Marshall e do empenho do governo norte-americano em financiar o desenvolvimento de países emergentes e de nações europeias em seus processos de reconstrução do pós-guerra. Os capitais externos foram decisivos durante a execução do Plano de Metas, do Milagre Econômico do final dos anos 1960 e início da década de 1970 e do II PND.

Destaca-se, pois, correlação estreita entre ciclos de financiamento e ondas de liquidez internacional – períodos de fácil endividamento, seguidos de etapas de ajustamento e recessão (COSTA, 2012, p. 28). O cenário caracterizado no parágrafo anterior, de disponibilidade de liquidez, findou-se nos anos 1980, quando houve reversão da política externa norte-americana após a crise do petróleo, e, nos anos 1990, com a derrocada do socialismo e do pensamento intervencionista. A ele se seguiu processo de ajuste. Foi neste período que ocorreu a grave crise da dívida externa brasileira, que foi golpe final para o término da estratégia de industrialização vigente nos 50 anos anteriores, e do início do emprego de políticas recessivas de combate ao desequilíbrio externo. O seu declínio foi correlato à retomada da ideologia neoliberal tanto entre os organismos internacionais quanto no mundo acadêmico.



## 2.4 REGIMES DE CRESCIMENTO: *WAGE-LED VS. EXPORT-LED GROWTH*

A controvérsia sobre as políticas de crescimento, no Brasil, sugere a polaridade entre as duas vertentes que são objetos de estudo desta monografia. Acredita-se que tal debate pode ser melhor compreendido se contextualizado na discussão macroeconômica sobre regimes de crescimento – como fazem Ferrari Filho e Paula (2016), Ferrari Filho e Fonseca (2015) e Basilio e Oreiro (2015) – que parte da separação, difundida na heterodoxia a partir de artigo de Bhaduri e Marglin (1990), entre os regimes *wage-led* e *profit-led*<sup>15</sup> (*export-led*). Estes autores apresentaram tal separação ao desenvolverem, valendo-se de conceitos teóricos ortodoxos e heterodoxos, modelo que relaciona os salários ao desemprego. A seguir, apresenta-se o sentido de sua divisão.

A ênfase nos determinantes do investimento, na percepção neoclássica, recai sobre os elementos de oferta. Entre estes, pode-se encontrar as taxas de juros, os custos do trabalho (salários), educação e capital humano, etc. Observa-se que os autores cujos trabalhos aqui servem de objeto de estudo têm, em maior ou menor grau, inspiração keynesiana em suas análises<sup>16</sup>. Isto acarreta, nas suas formulações teóricas, maior atribuição de importância aos elementos ligados à demanda na determinação dos níveis de investimento e renda. No entanto, modelos de cunho keynesiano como o de Bhaduri e Marglin (1990) e o de Blecker (2000) levam em consideração, para a compreensão do comportamento dos investidores, não só a relevância central da demanda efetiva, mas também aqueles elementos relacionados à oferta.

Essa dupla fundamentação pode ter como resultado certa ambiguidade no papel de cada variável exógena que atue pelos dois lados (oferta e demanda). Este é o caso das taxas de salário real<sup>17</sup>. Por certo os salários são parte integrante dos custos dos empresários na produção de suas mercadorias. Por outro lado, sabe-se que o consumo privado é uma das variáveis que compõem a demanda agregada e, em qualquer país, tem peso significativo. Os salários atuam pelo lado da demanda ao estabelecerem as restrições orçamentárias que demarcam as possibilidades de consumo dos trabalhadores. Desta forma, as taxas de salário real são, ao mesmo tempo, positivamente relacionadas ao investimento (pelo acréscimo na demanda de consumo que decorre do seu aumento); e negativamente relacionadas ao mesmo quando se pensa nos

---

<sup>15</sup> O regime de crescimento do tipo *export-led*, como se verá, pode ser tratado como um caso do *profit-led growth*.

<sup>16</sup> Este ponto torna-se mais claro nos capítulos seguintes.

<sup>17</sup> Salienta-se que, no modelo da *Teoria Geral* de Keynes, a taxa de salário real é uma variável endógena. Portanto, a inspiração keynesiana a que se referiu não se relaciona a este ponto em específico.

aumentos de custos, e conseqüente redução da margem de lucro, que decorrem de mesma variação.

Se o crescimento econômico responde positivamente à diminuição da participação salarial na renda, configura-se regime do tipo *profit-led growth* – crescimento induzido pelos lucros. Se, ao contrário, o crescimento econômico tem efeito positivo por uma “mudança na distribuição funcional da renda em prol dos salários [...], então o regime se define como *wage-led growth* – crescimento conduzido pelos salários” (FERRARI FILHO e PAULA, 2016, pp. 777-778).

O primeiro caso remete a uma economia com empresários cujas ações mostram-se sensíveis a movimentos nas margens de lucro e participação deste na renda. Neste caso, a diminuição do consumo decorrente da redução da taxa de salário real é mais do que compensada pelos investimentos realizados com maiores taxas de retorno. O modelo *profit-led*, se se pensar na distribuição funcional da renda, mostra-se favorável à classe capitalista. Entretanto, a contrapartida desta redistribuição é, como na definição anterior do regime, o crescimento do investimento e o decorrente crescimento do emprego agregado. Portanto, abre-se uma possibilidade de cooperação entre as classes. Entretanto, tal cooperação seria dificultada pela ambigüidade do efeito político do crescimento da economia sobre a classe trabalhadora. Isto porque o aumento do emprego ocorre através da redução da taxa de salários, o que contraria o interesse daqueles assalariados já empregados. Portanto, observa-se, seguindo Bhaduri e Marglin (1990, p. 384), um conflito de interesses entre os trabalhadores já estabelecidos no mercado e aqueles recém empregados. Desta forma, a despeito do crescimento da massa salarial, entendida aqui na sua agregação, pode ocorrer certa tensão dentro da classe trabalhadora. Nesta situação, a classe empresarial teria maior possibilidade de “administrar” os conflitos e manter o protagonismo político. Tem-se, pois, que o modelo *profit-led* tende a favorecer politicamente a classe capitalista.

No segundo caso, as relações são inversas. Quando os investimentos respondem de maneira relativamente “fraca” a mudanças nas margens de lucro, o decréscimo da demanda de consumo decorrente da menor taxa de salário real e maior participação dos lucros na renda não é inteiramente compensado pelo acréscimo à demanda de investimento (BHADURI e MARGLIN, 1990 p. 379). O modelo *wage-led*, ao abrir espaço para maior distribuição de renda, mostra-se econômica e politicamente favorável à classe trabalhadora. No entanto, lembram Bhaduri e Marglin (1990, p. 382), que um argumento importante da ideologia social-democrata recorrentemente evocado pelos “keynesianos de esquerda” é enfatizar que os ganhos obtidos pela classe trabalhadora não significam, necessariamente, perda inequívoca para os capitalistas,

dado que estes poderiam alcançar maior lucro total – o que, “no curto prazo, [...] também significaria maior taxa de lucro” (BHADURI e MARGLIN, 1990 p. 382, tradução nossa) – por recuperação, em volume de vendas, das perdas decorrentes da diminuição da margem por unidade. Portanto, pode-se deduzir que, neste regime, também há possibilidade de cooperação entre as classes. Tem-se, pois, que o modelo *wage-led* tende a favorecer politicamente a classe trabalhadora.

Considerou-se, acima, duas relações entre variáveis internas da demanda agregada. Observa-se que tais relações dependem da estrutura da economia em questão – da distribuição da renda entre as classes, das propensões a consumir entre os diferentes extratos de renda; da sensibilidade do empresariado a alterações nas margens de lucro, entre outros (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2012, p. 9). Além destas, outras características são importantes na consideração dos regimes de crescimento na relação com o setor externo, caso se esteja pensando em modelos de economias abertas.

Uma estrutura econômica marcada por diferença pequena entre as propensões ao consumo, investimento sensível à lucratividade, alta elasticidade-preço das exportações e alta elasticidade-renda das importações é associada a um padrão do tipo *profit-led growth*. Tal relação decorre do fato de que, em uma economia assim caracterizada, um aumento na taxa de salário real traria como consequência uma redução do saldo em transações correntes, dada a alta elasticidade-renda das importações, e redução relativamente significativa dos investimentos, em função da sensibilidade às margens de lucro (FERRARI FILHO e PAULA, 2016, p. 778). Percebe-se que o grau de abertura da economia é proporcional à sua inclinação a um regime *profit-led*. Isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de as empresas nacionais terem de concorrer com as estrangeiras, de forma que o prejuízo para o investimento da redução das margens de lucro é particularmente significativo neste contexto. Em segundo lugar, porque, quanto maior for o acesso estrangeiro ao mercado interno, maior será a parcela do aumento do consumo decorrente de ganhos salariais revertida para importações.

Em oposição, combina com um regime *wage-led* diferenças altas entre as propensões a consumir dos diferentes extratos de renda, investimento pouco sensível às margens de lucro, baixa elasticidade-renda das importações e pequeno coeficiente de importações. Compreende-se a relação por argumento oposto ao do parágrafo anterior. Uma redistribuição funcional da renda contrária aos lucros traria significativo aumento do consumo pelas grandes diferenças de propensão a tal entre as classes, ao passo que somente uma pequena parcela deste aumento seria atendida por importações. Ademais, a diminuição do investimento seria minorada pela baixa sensibilidade desta variável à lucratividade.

Portanto, o regime do tipo *wage-led* vai ao encontro de princípios relativos à social-democracia ao possibilitarem alcançar-se maior justiça social através das políticas de redistribuição de renda. Este aspecto torna-o compatível e desejável para economias com altos índices de desigualdade, como a economia brasileira. No entanto, como sugerido em parágrafo anterior, a sua reprodução virtuosa depende de certo grau de “fechamento” da economia, posto que uma grande concorrência externa conjugada a aumentos de salário real deprimiriam os investimentos: “este é essencialmente o caso de um ‘*profit squeeze*’, no qual as margens de lucro são comprimidas entre custos domésticos de um lado e competição estrangeira de outro” (BLECKER, 1989, p. 404, tradução nossa). Acrescenta-se que há um intervalo de tempo entre os estímulos de demanda e a maturação de novos investimentos. No entanto, como salientam Bhaduri e Marglin (1990, p. 385), as exportações e importações têm maiores “velocidades de ajustamento” a mudanças de preços do que o investimento, de tal forma que haveria pressão sobre as contas externas. Tal raciocínio aplica-se, em tese, também a um regime do tipo *profit-led*, caso haja estímulos que não venham de aumentos de salário real. No entanto, as restrições externas são mais facilmente verificadas, em nível teórico, em regime *wage-led*.

O regime *export-led* aparece como estratégia de promover um crescimento sustentado ao abrir possibilidade ao enfrentamento da restrição externa dos países de moedas internacionalmente inconvertíveis pela obtenção de *superávits* na balança comercial. Este modelo é uma modalidade do *profit-led growth*. Isto porque, neste caso, o crescimento também advém de aumento das margens de lucro em detrimento de reduções reais de salário. As exportações são estimuladas por política cambial (e política industrial), de forma que os salários reais são comprimidos e o aumento da lucratividade torna o setor exportador mais atrativo. Portanto, trata-se de regime de crescimento no qual a dinâmica do crescimento é determinada pelo aumento das exportações líquidas e do coeficiente de exportações (FERRARI FILHO e PAULA, 2016, p. 778). Aplica-se, geralmente, a economias em desenvolvimento que, como a brasileira, têm de enfrentar a restrição do balanço de pagamentos e a especialização primária, já que as atividades exportadoras são focalizadas no setor industrial.

Argumenta-se geralmente, como Blecker (2000, p. 80), que uma estratégia de crescimento *export-led* só pode ser adotada por um país em detrimento de outros. Compreende-se este argumento quando se tem em conta que o aumento das quantidades de produtos manufaturados exportados por incentivos de custo (compressão dos salários reais) não encontraria mercado, caso todos os países adotassem a mesma estratégia. Ver-se-ia, neste caso, drástica redução dos preços e possível subutilização de capacidade. Na verdade, argumento semelhante pode ser generalizado para referir-se a *profit-led growth*, de maneira geral, posto

que reduções salariais não podem ser utilizadas por todos os países como estratégias de ganho de competitividade, pois, neste caso, os ganhos compensar-se-iam e o que se veria é uma redução geral do nível de demanda agregada. Caso a estratégia generalizada fosse a de valorizar os salários, o resultado seria um crescimento da demanda agregada mundial, com possível efeito positivo sobre os investimentos.

Em síntese, tem-se um regime *profit-led* se o crescimento econômico ocorre quando se observa aumento da participação dos lucros na renda. Tem-se um regime do tipo *wage-led* se o crescimento econômico ocorre por distribuição da renda favoravelmente aos salários. Se os investimentos são estimulados pela via do crescimento das exportações e o crescimento ocorrer com os aumentos de lucro, configura-se *export-led growth*, variante do *profit-led*. Politicamente, o regime mais favorável à classe trabalhadora e à possibilidade de cooperação social é o *wage-led*. O *export-led (profit-led)* tende a favorecer politicamente a classe capitalista. Do ponto de vista da cooperação internacional, o regime *export-led* mostra-se indesejável, tendo-se em vista a impossibilidade de implementação de estratégia de ganhos de competitividade por todos os países.

### 3 SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO

Dos pesquisadores associados ao social-desenvolvimentismo, muitos compõem o Instituto de Economia da Unicamp. É conhecida a tradição da “escola de Campinas” na defesa de políticas interventoras em prol do desenvolvimento e da distribuição de renda. Entretanto, os economistas social-desenvolvimentistas não se restringem a este centro. Dentre eles, destaque-se: Maria de Lourdes Mollo<sup>18</sup>, Pedro Rossi<sup>19</sup>, Pedro Paulo Zaluth Bastos<sup>20</sup>, Ricardo Carneiro<sup>21</sup> e Ricardo Bielschowsky<sup>22</sup>. Entre economistas do setor público – não diretamente vinculados a atividades de pesquisa – que poderiam ser inseridos nesta corrente, Bastos (2012, p. 794) elenca Guido Mantega, Luciano Coutinho e Dilma Rousseff.

A expressão que dá nome a este capítulo inicia-se com o adjetivo “social” por ser esta a vertente do desenvolvimentismo brasileiro que mostra, nas suas propostas de política econômica, maior preocupação com justiça social e distributiva e igualdade de oportunidades. Não que tais proposições tenham fundamento unicamente no campo da ética. Entretanto, são necessárias, para o social-desenvolvimentismo, políticas que resultem em ganhos concretos para a maioria da sociedade (ROSSI, 2015, p. 7; CARNEIRO, 2012, p. 773). Acredita-se, seguindo Costa (2012, p. 32), que a concepção de desenvolvimento trazida na seguinte passagem de Celso Furtado sintetiza o ideário desta corrente:

O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, pp. 3-4, grifo do autor)

Portanto, as condições de vida da população aparecem como ponto relevante das políticas de governo. O crescimento econômico é, no entanto, condição *sine qua non* do desenvolvimento tal qual a definição supracitada. As análises subjacentes às propostas social-desenvolvimentistas partem de referencial teórico keynesiano-kaleckiano que entende estarem na demanda agregada os principais elementos determinantes do investimento privado. Entre

---

<sup>18</sup> FACE/UnB.

<sup>19</sup> IE/Unicamp.

<sup>20</sup> IE/Unicamp.

<sup>21</sup> IE/Unicamp.

<sup>22</sup> IE/UFRJ.

estes, o consumo das famílias ocupa lugar de destaque e, desde logo, compreende-se a fundamentação econômica das propostas de distribuição de renda dos autores associados a esta corrente. Tais políticas, ao aumentarem o poder de compra das classes mais pobres, gerariam impacto econômico positivo e constituiriam “motor” do crescimento, dadas as grandes possibilidades oferecidas pelo vasto mercado consumidor brasileiro. No entanto, não é sem limites que se poderia ampliar a distribuição da renda em favor dos salários, como se verá adiante.

Além da distribuição da renda, outra característica distintiva do social-desenvolvimentismo é a compreensão de que o Estado deve atuar na coordenação dos investimentos privados. Neste sentido, “a citada corrente é muito mais próxima da tradição desenvolvimentista clássica do que a do desenvolvimentismo exportador”<sup>23</sup> (BASTOS, 2012, p. 794).

As ideias apresentadas acima vão ao encontro, em alguma medida, aos projetos encampados pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores nas décadas iniciais do século atual, tendo-se em vista as políticas implementadas de valorização real do salário mínimo, transferência direta de renda e ampliação do acesso ao crédito, para se restringir ao plano econômico. A semelhança não é mera coincidência. O social-desenvolvimentismo não tem sua origem unicamente no campo da academia (BASTOS, 2012, p. 793; COSTA, 2012, p. 32), “tendo resultado em grande medida de debates partidários e políticas de governo” (CARNEIRO, 2012, p. 773).

Tendo-se em vista a aproximação das propostas social-desenvolvimentistas às políticas econômicas implementadas no Brasil, procede-se, no tópico seguinte, a um breve exame do crescimento da economia brasileira no começo do século. Em adição, argumenta-se pela possibilidade teórica de caracterização do regime de crescimento como do tipo *wage-led*, apoiando-se na explanação deste último realizada no quarto tópico do segundo capítulo.

### 3.1 REGIME DE CRESCIMENTO APOIADO NO CONSUMO: A ECONOMIA BRASILEIRA E O MODELO *WAGE-LED*

Como se mostrou no segundo capítulo, a controvérsia sobre o desenvolvimentismo, no cenário brasileiro recente, relaciona-se com outra, mais ampla, sobre regimes de crescimento: a controvérsia entre *export-led growth* e *wage-led growth*. A primeira parte refere-se a uma

---

<sup>23</sup> “Desenvolvimentismo exportador do setor privado” é outro nome dado por Bastos (2012, p. 784) à vertente novo-desenvolvimentista.

estratégia de crescimento calcado nas exportações e, a segunda, a uma calcada na expansão do consumo. Esse debate ganhou força, no Brasil, após o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro da primeira década e início da segunda do século XXI ser associado, implícita ou explicitamente, à estratégia *wage-led*.

A associação referida anteriormente encontra respaldo em indicadores que manifestam o grande crescimento do consumo das famílias, correlato ao do PIB, e as moderadas taxas de investimento<sup>24</sup>. Em primeiro lugar, fundamenta-se no fato de o salário mínimo ter passado, conforme dados da tabela 1, por elevação contínua de 2002 a 2014 (262%), inclusive em termos reais (82,48%), ao passo que houve crescimento considerável do produto (PIB), que, também em termos reais, logrou obter taxa média anual de 3,47% (taxa acumulada de 55,32%) no mesmo período. Pode-se, ainda, afirmar ter havido melhoria na distribuição da renda se se observar a redução sistemática do Coeficiente de Gini no período de 2002 a 2015 (0,491, ao final, ante 0,594, no início<sup>25</sup>). Essas tendências verificadas nas evoluções dos indicadores apontam para uma expansão importante do consumo, que não foi resultado somente de decisões espontâneas de firmas e indivíduos, mas de decisões dos *policy makers*. Estas últimas vão além da política de valorização salarial, abrangendo também as áreas monetária e fiscal.

Segundo Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 91), três fatores principais possibilitaram a liderança do consumo no crescimento. O primeiro foi a estabilidade relativa das taxas de inflação<sup>26</sup>, que foi imprescindível para que os salários reais tivessem trajetória de crescimento ao pôr fim ao mecanismo de indexação de preços e salários e à corrosão real dos últimos, especialmente agudos nos períodos de hiperinflação das décadas de 1980 e 1990. Neste ponto, a política monetária foi importante, já que, se, por um lado, o regime de metas de inflação corroborou a manutenção das taxas de juros em níveis elevados (o que, não resta dúvida, teve efeito depressivo sobre o consumo), por outro foi instrumento através do qual o Banco Central logrou conter a aceleração inflacionária. O segundo foi a já referida elevação do poder de compra do salário mínimo. E o terceiro diz respeito à ampliação das políticas de transferência de renda do governo federal, com destaque para o Bolsa Família. Acrescenta-se outros fatores, apenas tangenciados pelos autores supracitados, relativos à expansão do crédito a pessoas físicas (crédito consignado, “bancarização” de pessoas de baixa renda e multiplicação do microcrédito) (SINGER, 2012, p. 39) e à formalização do mercado de trabalho, como ressaltam

---

<sup>24</sup> Ver dados da tabela 1 no apêndice ao final do texto.

<sup>25</sup> Salienta-se que o Coeficiente de Gini é inversamente proporcional à distribuição de renda. Ou seja, quanto menor o índice, maior o grau de distribuição.

<sup>26</sup> De 1996 a 2017, a variação anual do INPC só ultrapassou um dígito nos anos de 2002 e 2003, conforme mostra a tabela 1.



Barbosa (2012, p. 101) e Singer (2012, p. 11). Em síntese, houve ação deliberada do governo no sentido da expansão do consumo de massa, que ocorreu por: expansão do crédito a pessoas de baixa renda; contenção da inflação; programas de transferência direta de renda; valorização do salário mínimo; e formalização do mercado de trabalho. Talvez essas medidas não sejam suficientes para caracterizar os governos Silva e Rousseff como desenvolvimentistas<sup>27</sup>, mas pode-se caracterizar, com alguma segurança, o padrão de crescimento brasileiro do período como do tipo *wage-led*<sup>28</sup>(FERRARI FILHO e PAULA, 2016, p. 784). Apesar de tratar-se de matéria controversa, que foge ao escopo desta monografia, aceita-se tal caracterização.

Reconhece-se que não pode ser desprezado o papel do investimento público para o crescimento, sobretudo no período de 2006 a 2010, como defende Carvalho, que considera este “o principal motor do crescimento de nosso mercado interno” (2018, p. 27). A autora expõe, como sustentação do argumento, as taxas de crescimento anual dessa variável, em termos reais: de 1999 a 2002, -2,0%; de 2003 a 2005, -4,7%; de 2006 a 2010, 27,6%; e, de 2011 a 2014, 1,0%. (CARVALHO, 2018, p. 12). No entanto, observa-se que a taxa de investimento não se mostrou sensível ao crescimento do investimento público, não se podendo observar uma tendência clara de diminuição para os períodos de 1999 a 2002 e de 2003 a 2005 e, mesmo, de 2011 a 2014. Como argumentam Ferrari Filho e Fonseca, é a “articulação da *variável desencadeadora* com as demais [que] configura o que chamaremos um *padrão de crescimento*” (2013, p. 4, grifo do autor). Independente de qual o padrão – “*ele somente poderá reproduzir-se e configurar uma trajetória exitosa caso [...] [os aumentos da variável desencadeadora] sejam capazes de induzir maior nível de investimento*” (2013, p. 4, grifo do autor). Portanto, mesmo reconhecendo-se o papel do investimento público, pode-se caracterizar o regime brasileiro de crescimento como *wage-led*.

Apesar de, frequentemente, receberem rótulo de desenvolvimentistas – ou até mesmo “populistas” –, os governos Silva e Rousseff representaram continuidade<sup>29</sup> do tripé

---

<sup>27</sup> Para discussão sobre o assunto, ver: Fonseca (2016); Fonseca, Cunha e Bichara (2013); Gonçalves (2012); Lisboa e Pessoa (2016); Morais e Saad-Filho (2011); Novy (2009); Pessoa (2014); Stein (2016).

<sup>28</sup> É controversa a possibilidade de caracterização do regime como do tipo *wage-led*. Isto porque se, de um lado, a economia respondeu, internamente, positivamente a aumentos salariais, por outro, respondeu, externamente, de maneira negativa a apreciações cambiais – que significam valorização salarial real (ARAÚJO e GALA, p. 52). No entanto, esta avaliação foge ao escopo desta monografia e, aqui, aceita-se a tese do regime *wage-led*, tendo-se em vista o efeito positivo dos aumentos salariais sobre o crescimento do produto. A caracterização tem por finalidade, aqui, auxiliar a exposição das propostas social-desenvolvimentistas (e novo-desenvolvimentistas, na crítica ao regime), tendo, portanto, valor instrumental – não constitui objetivo desta monografia.

<sup>29</sup> Houve uma interrupção da política macroeconômica (“tripé”) – iniciada no segundo governo Cardoso, em 1999, e mantida por Silva – no primeiro mandato de Rousseff, ao final de 2011, quando se observou uma ação deliberada do governo no sentido da expansão do crédito e da depreciação cambial. Esta nova orientação, no entanto, foi de curta validade (até fins de 2014), devido, sobretudo, ao isolamento político do governo.

macroeconômico inaugurado em 1999, durante o governo Cardoso, que se fundamenta na âncora nominal como instrumento de alcance das metas de inflação; na obtenção de *superávit* primário sistemático para manter a estabilidade – ou redução – da dívida líquida do setor público como proporção do PIB; e no regime de câmbio flutuante, com a taxa cambial mantendo-se recorrentemente valorizada. Isto significa que o regime *wage-led* adotado ocorreu em conjunto com políticas macroeconômicas ortodoxas. Esta opção de política teve como resultado a manutenção das taxas de juros em níveis extremamente elevados, tendo-se em vista os padrões internacionais, inclusive para países de igual classificação de risco (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 4). Neste contexto, o crescimento liderado pelo consumo só teria sido possível por duas condições (FERRARI FILHO e FONSECA, 2015, p. 91): os salários teriam vindo de um histórico de reajustes abaixo da produtividade, o que abriria “espaço” para o crescimento sem desequilíbrio; e o contexto internacional teria sido favorável tanto pela valorização – e aumento das quantidades – das *commodities* exportadas pelo país quanto pelo ingresso de capitais na conta financeira. O cenário internacional assim descrito, ao propiciar aumento da capacidade de importação, teria possibilitado que o crescimento salarial não se desdobrasse em desequilíbrio das contas externas.

Esse padrão de crescimento foi visto, como salientam Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 91), com certo entusiasmo por alguns autores após longos anos de hegemonia do pensamento neoliberal e das propostas do Consenso de Washington nas duas últimas décadas do século passado. Entre tais autores estão Belluzzo (2009), Novy (2009), Cervo (2009) e Nakano (2010). Apesar de não terem entrado diretamente na controvérsia sobre os regimes *wage-led* e *export-led*, estes economistas vislumbraram, no padrão brasileiro de crescimento dos anos 2000, a possibilidade de retorno a um novo ciclo desenvolvimentista. Entretanto, entusiasmo certamente não foi o único sentimento observado nos autores presentes na literatura sobre o tema. Esta estratégia recebeu muitas críticas, não só por parte de economistas de tradição neoclássica, mas mesmo por aqueles associados ao novo-desenvolvimentismo e até ao social-desenvolvimentismo (no caso destes, as críticas recaíram sobretudo à política macroeconômica).

### 3.2 PROJETO SOCIAL-DESENVOLVIMENTISTA PARA O BRASIL: CRESCIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No padrão de crescimento que se descreveu acima, não se pode observar uma estratégia de longo prazo, que contemple integração entre os setores, complementaridade dos

investimentos, ou alguma forma de coordenação do Estado sobre as decisões de investimento. Reconhece-se que houve esforço no sentido de ampliar o crescimento do consumo em paralelo a maiores oportunidades de inversão para o empresariado. No entanto, “o desenho claro de uma nova estratégia permaneceu por ser realizado” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 737). Claro que o crescimento dos salários, em termos reais, ocorreu; igualmente, a ampliação do crédito e as políticas de transferência direta de renda. Faltou ao governo, para a qualificação do desenvolvimentismo, executar um projeto de nação de longo prazo. O que se pretende fazer no tópico seguinte é exatamente o referido desenho, que caracteriza uma estratégia de recorte social-desenvolvimentista.

### **3.2.1 Em longo prazo: a estratégia das três frentes de expansão**

Explora-se as proposições social-desenvolvimentistas de longo prazo a partir de artigo de Bielschowsky (2012), intitulado *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual*, que se dedica à elaboração de um conjunto de propostas de política econômica coordenadas com objetivo de traçar uma estratégia de crescimento para a economia brasileira. Tal estratégia, apoiada pelos autores associados a esta vertente (BASTOS, 2012, pp. 796-797; CARNEIRO 2012, p. 776; MOLLO; AMADO, 2015, p. 21), fundamenta-se na observação das possibilidades de investimento que a estrutura econômica do país oferece, levando-se em conta as restrições postas pelo contexto internacional.

A estratégia de desenvolvimento do social-desenvolvimentismo tem como eixo central a expansão do mercado interno – e, mais especificamente, do consumo de massa. Internamente, portanto, estaria a principal “força” a induzir o aumento do investimento privado e alavancar o crescimento da economia. Para a reprodução virtuosa desta estratégia, entretanto, o consumo deve ser articulado com as demais variáveis formadoras da estrutura da economia. Tal articulação demanda explicação mais precisa, à qual se prossegue a seguir.

Para iniciar o desenho de uma estratégia nacional, Bielschowsky (2012, p. 736) explica serem o consumo de massa, os recursos naturais e a infraestrutura “engrenagens de demanda efetiva”. Se bem aproveitadas pelos investimentos privados e bem “turbinadas” por inovações tecnológicas e por melhores encadeamentos produtivos, constituiriam os três principais “motores” do crescimento. A possibilidade de tal constituição deve-se, segundo o autor, a algumas motivações históricas: às políticas distributivas e de ampliação de crédito dos últimos anos, que estimularam significativamente o consumo de massa; à expansão da demanda asiática

por produtos naturais, somada à ampliação dos investimentos da Petrobrás; e à retomada dos investimentos públicos em infraestrutura (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 737).

O primeiro motor do crescimento seria, portanto, o consumo de massa. Este constitui excelente oportunidade, já que a grande dimensão do mercado interno brasileiro tem como contrapartida a possibilidade de grandes economias de escala. Alia-se a isso o fato de que as estruturas produtivas sujeitas aos ganhos de escala tendem, a partir de novos investimentos, à intensificação do progresso técnico e da produtividade.

A partir do que foi dito no parágrafo anterior, é possível compreender o “círculo virtuoso” que, ao menos em nível teórico, pode-se estabelecer entre consumo de massa e investimentos autônomos. Aumentos do poder de compra da classe trabalhadora acarretariam ampliação do consumo popular. Mais investimentos seriam implementados por indução da expansão do consumo agregado. Tais investimentos significariam ganhos de produtividade e redução dos preços, que seriam, ambos, traduzidos em melhorias salariais reais. E, assim, retorna-se ao ponto de partida e se compreende de que forma as políticas distributivas ativariam o círculo (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 737; CARNEIRO 2012, p. 774).

É certo que o crescimento sistemático dos salários reais e a implementação de políticas de redistribuição da renda não podem ocorrer por período prolongado de tempo. À medida em que a renda se torna mais equanimemente distribuída, os efeitos dinâmicos da distribuição diminuem. Este fato é reconhecido por Bastos (2012, p. 795), para quem é improvável que esses “efeitos dinâmicos iniciais, observados durante a fase de [...] expansão de políticas redistributivas, possam ser repetidos indefinidamente, sustentando a longo prazo a estratégia de desenvolvimento”. Portanto, esta política deve ser complementada pelos turbinadores a que se referiu, como se explicará à frente.

À medida em que se aquece o mercado interno brasileiro, atrai-se concorrência externa. Uma parcela da demanda de consumo é atendida, sabidamente, por oferta estrangeira. Por esta razão, o crescimento dos salários reais teria, a médio ou longo prazo, efeito perverso sobre o balanço de pagamentos (FINELLI; FEIJÓ, 2017, p. 249), posto que os investimentos levam certo tempo para maturar<sup>30</sup>. Dadas a apreciação da moeda brasileira e a taxa de câmbio real depreciada chinesa – além de outros diferenciais de competitividade e políticas de promoção das exportações do país asiático –, Bielschowsky (2012, p. 739) questiona-se: “a produção em massa estimulada pelo consumo de massa será feita no país ou teremos consumo de massa no Brasil e produção em massa na China?” Esta pergunta põe em questão não só a capacidade

---

<sup>30</sup> Salientou-se a diferença entre as “velocidades de ajustamento” das importações e do investimento no quarto tópico do capítulo anterior.

dinamizadora do crescimento do consumo, mas a possibilidade de prejuízo às contas externas. O balanço de pagamentos sofreria pressão, ademais, se concretizada a possibilidade de, em um cenário de estímulos de demanda efetiva, aumentarem as importações de bens de capital. Haveria, neste caso, uma segunda razão para a estratégia de crescimento com base no consumo de massa enfrentar, na restrição externa, um ponto de estrangulamento.

Carneiro (2012, p. 774) argumenta que a restrição externa poderia ser “mitigada pelo próprio perfil de crescimento, vale dizer, a distribuição da renda e o padrão de consumo daí resultante implicariam menor elasticidade renda das importações”. Além disso, os ganhos de produtividade e de capacidade produtiva encarregar-se-iam de assegurar a competitividade do setor exportador. Depreende-se do argumento de Carneiro que o enfrentamento à restrição externa, nesta estratégia, dependeria da capacidade da economia nacional de aproveitar os encadeamentos da expansão do consumo a jusante e a montante. Só assim é que se pode compreender de que maneira a elasticidade-renda das importações seria diminuída. Na medida em que a produção não diretamente vinculada aos bens de consumo de massa (bens de capital, matérias-primas, bens intermediários) reagisse positivamente aos estímulos do crescimento do consumo, parte das mercadorias que seria, do contrário, importada passaria a ser produzida internamente e, desta forma, a elasticidade poderia diminuir. Manifesta-se, no que se acabou de afirmar, a relevância central deste “turbador” (relativo aos encadeamentos) não só para acelerar o crescimento, mas também para o enfrentamento do estrangulamento externo. É interessante enfatizar que, neste raciocínio, o mercado interno é sempre o foco do crescimento econômico. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento ao estrangulamento externo exigiria uma alta capacidade de planejamento e coordenação do investimento por parte do Estado.

De outro lado, Carneiro (2012, p. 775) também enxerga limites na estratégia de crescimento calcado no consumo (via aumentos salariais) quando leva em consideração a compressão das margens de lucro decorrentes do aumento daqueles. Se a redistribuição funcional da renda em prol dos salários ocorrer sistematicamente, vai chegar, teoricamente, um ponto em que as margens de lucro estarão suficientemente comprimidas para que os empresários não levem a cabo os seus investimentos. Tal perigo também é visualizado por Ferrari Filho e Fonseca (2015, p. 96) e por Mollo e Amado (2015, p. 18). Este serve de argumento para aqueles que sustentam a impossibilidade de execução desta estratégia a longo prazo, sendo amplamente utilizado pelos novos-desenvolvimentistas, como se verá no próximo capítulo.

A segunda fonte de expansão (motor) indicada por Bielschowsky refere-se à disponibilidade de recursos naturais. O Brasil, conhecido pela sua abundância de tais recursos,

teria oportunidades para o crescimento econômico pelo fato de estes possuírem grande demanda interna e, sobretudo, externa. Nesta área em especial, o setor externo cumpre um papel de grande relevância. Bielschowsky (2012, p. 740) ressalta as possibilidades de progresso tecnológico (e os avanços efetivamente observados) nos setores de energia elétrica, extração de petróleo em águas profundas, de produção de etanol e outros. No entanto, salienta que as atividades agrícolas não podem ser “meros enclaves de onde saíam as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social” (2012, p. 740).

A crescente demanda mundial por matérias-primas brasileiras abre possibilidade para o crescimento do setor exportador. Para que a exportação dos bens agrícolas servisse ao objetivo do desenvolvimento econômico, dever-se-ia agregar valor aos bens exportáveis, o que significa adensar a cadeia produtiva (caso contrário, acentuar-se-ia a especialização primária na divisão internacional do trabalho sem maiores benefícios econômicos internos). Desta forma, o Estado deveria atuar com o objetivo de garantir o desenvolvimento dos ramos industriais e de serviços de alta tecnologia para os quais a expansão do setor agrícola e a exploração dos recursos naturais seriam demanda (FINELLI; FEIJÓ, 2017, p. 250). A boa oportunidade de aproveitamento destes encadeamentos decorre do elevado grau de mecanização da agricultura nacional.

Portanto, observa-se, neste segundo motor, uma outra possibilidade de enfrentamento ao estrangulamento externo, já que se trata de um setor tradicionalmente superavitário do ponto de vista das divisas (CARNEIRO, 2012, p. 775). Por um lado, o emprego de maior quantidade de equipamentos por trabalhador, e a decorrente elevação da produtividade, teria como consequência ganhos de competitividade às empresas do país. A maior competitividade, em tese, resultaria em maiores quantidades exportadas. Por outro, a produção interna dos bens intermediários e de capital demandados por tais empresas significaria “substituição de importações”, no sentido de não se precisar importa-los. Estas duas mudanças trariam resultado positivo sobre a balança de pagamentos, muito embora se deva lembrar que o crescimento dos salários tem efeito prejudicial à competitividade, já que também são elementos integrantes dos custos. Este efeito negativo sobre a competitividade não deve, no entanto, ser exagerado, dado que o setor agrícola ligado à exportação é pouco intensivo em trabalho.

O terceiro motor diz respeito à infraestrutura econômica e social. Os investimentos em infraestrutura econômica têm potencial dinamizador, em primeiro lugar, em função das grandes quantidades de recursos que movimentam, que geram efeitos multiplicados sobre o produto interno. Em segundo lugar, exatamente pela magnitude dos projetos de infraestrutura, os investimentos acarretam criação de elevado número de postos de trabalho. Portanto, a expansão

da demanda agregada ocorre, diretamente, pelo investimento e, indiretamente, pelo crescimento do consumo.

Os efeitos indiretos não se resumem ao referido acima. Bielschowsky (2012, p. 742), destaca haver, nos investimentos em infraestrutura, encadeamentos tecnologicamente simples e que, portanto, não são de difícil consecução. Desta forma, os investimentos públicos seriam capazes de alavancar o investimento autônomo. O resultado seria a expansão da demanda agregada, ao mesmo tempo, pelos investimentos público e privado e pela demanda de consumo.

O outro ponto a ser destacado é a infraestrutura social. Este é o aspecto mais inovador das propostas social-desenvolvimentistas. Isto porque não é usual o entendimento de que a expansão da infraestrutura social – transporte público, educação, saúde, saneamento básico, entre outros – é capaz de, ao aumentar a qualidade de vida da população, elevar a produtividade do trabalho e, de tal maneira, causar efeito indireto sobre a estrutura produtiva a longo prazo (FINELLI; FEIJÓ, 2017, p. 251).

Por fim, ressalta-se que os dois “turbinadores” têm papel-chave na sustentação do crescimento a longo prazo. Isto porque, sem que se consiga aproveitar os encadeamentos para frente e para trás dos estímulos de demanda efetiva, tais estímulos perdem seu poder dinamizador e configuram apenas variações de curto prazo no produto. São exatamente estes encadeamentos que fazem do setor industrial tão relevante. O estabelecimento de uma indústria gera estímulos para outros diversos setores ao demandar bens de capital, matérias-primas, bens intermediários, serviços, força de trabalho, etc. Portanto, adentrar-se as cadeias produtivas significa colher os frutos dos estímulos de demanda e alcançar-se um círculo virtuoso de crescimento. A proposta social-desenvolvimentista é retomar uma série de encadeamentos produtivos tradicionais e, desta forma, significa “reindustrialização”.

O segundo turbinador é o processo de inovação. O progresso tecnológico tem relação direta com aumentos de produtividade e constitui foco de política para alguns países desenvolvidos. Sem este turbinador, restaria inalcançável o objetivo de criar encadeamentos nos setores tecnologicamente mais “nobres” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 743). Embora seja conhecida a importância do progresso tecnológico no crescimento das economias capitalistas, o Brasil não tem, na variável tecnológica, um motor do investimento e da inovação em larga escala, como salienta Bielschowsky (2012, p. 743). No entanto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento deve ser buscado para que não cresça ainda mais a distância do país em relação à fronteira mundial da produção de tecnologias inovadoras.

### 3.2.2 Em curto prazo: política macroeconômica na estratégia social-desenvolvimentista

Descreveu-se acima uma estratégia de crescimento para a economia brasileira a partir das possibilidades diagnosticadas pelo exame de suas estruturas. Esta estratégia visa a transformar o parque industrial (a estrutura produtiva, de maneira geral) e a intensificar as relações econômicas intersetoriais, de forma a alcançar-se um padrão de desenvolvimento capaz de reproduzir-se de maneira virtuosa. Portanto, trata-se de mudanças inseridas em uma trajetória de longo prazo, que requerem adaptações institucionais, pactos políticos, coordenação dos investimentos, etc. Ou seja, as propostas social-desenvolvimentistas não são circunscritas a um adequado manejo das políticas monetária, cambial e fiscal.

Portanto, a política macroeconômica deve ser pensada como um facilitador desta trajetória de longo prazo. Na perspectiva dos social-desenvolvimentistas, não se pode conceber uma “receita” de política aplicável em qualquer contexto. Ao contrário, reconhece-se que as variáveis macroeconômicas são, em grande medida, determinadas pelos movimentos da conjuntura. O contexto externo, segundo Biancarelli e Rossi (2014, p. 25), teria papel especial nesta determinação: “o contexto externo molda as opções das três frentes de política (cambial, monetária e fiscal) e, mais do que isso, condiciona os determinantes do crescimento brasileiro”.

Na perspectiva do que foi dito no parágrafo anterior, o regime macroeconômico brasileiro atual mostra-se prejudicial em alguns pontos. Na concepção neoliberal, o objetivo de tal regime deve ser assegurar a estabilidade de preços e a capacidade do Estado de arcar com seus compromissos financeiros. Em adição, deve-se reduzir o gasto público ao máximo possível, de tal maneira a aumentar a eficiência alocativa. Na perspectiva dos autores associados a esta vertente do desenvolvimentismo atual,

desenvolvimento está pressuposto como uma intenção política e não como uma espontaneidade advinda dos automatismos do mercado. Dessa forma, o regime macroeconômico deve ser compatível com um papel ativo do Estado na busca de um dinamismo econômico capaz de assegurar o aprofundamento do processo de distribuição de renda e de expansão da infraestrutura social (BIANCARELLI; ROSSI, 2014, pp. 27-28)

Veja-se que a compreensão de que se faz necessária a atuação do Estado na garantia do investimento e do desenvolvimento tem como consequência a necessidade de, por um lado, ter-se capacidade fiscal para tal e, por outro, um certo grau de arbitrariedade sobre a política macroeconômica. O excessivo rigor do “tripé” macroeconômico é incompatível com este entendimento. A diretriz macroeconômica coerente com o social-desenvolvimentismo é a busca



do crescimento com base no mercado interno (BIANCARELLI; ROSSI, 2014, p. 26). Isto implica a necessidade de garantia dos investimentos públicos sociais e em infraestrutura logística que foram discutidos no tópico precedente.

Desta forma, o Estado deve, em primeiro lugar, assegurar a sustentação do processo de crescimento. Para alcançar este objetivo, são necessárias reformas institucionais que permitam a expansão do gasto público nos momentos de baixa dos ciclos econômicos e a contração nos momentos de alta. O regime em vigor, baseado na obtenção de *superávit* primário, é oposto a esta ideia. Nos momentos de baixa do ciclo, dada a relação direta entre a arrecadação do setor público e as variações da renda nacional, o governo incorre em *déficits* – ou simplesmente reduções do saldo primário. Diante deste resultado fiscal negativo, os gestores seriam induzidos a reduzir os gastos correntes no afã de alcançar as metas de *superávit* e garantir a solvência do Estado. Portanto, observa-se, no atual modelo, uma atuação pró-cíclica. A proposta de uma política anticíclica é aquela defendida pelos social-desenvolvimentistas, pois seria ela que possibilitaria a suavização dos movimentos da demanda agregada e a sustentação do crescimento.

Rossi (2015, p. 27) salienta haver três formas de amenizar os problemas do regime vigente e conciliá-lo com uma política anticíclica. Em primeiro lugar, pode-se estender a periodicidade da meta, de forma a abarcar o ciclo, pois isto traria maior margem de manobra (embora admita a dificuldade de definição sobre o período dos ciclos, dado que são incertos). Em segundo, seriam necessárias as reformas institucionais citadas no parágrafo anterior, que visam a assegurar a possibilidade de intervenção estatal anticíclica. E a terceira é a instituição de bandas para as metas de *superávit*, pois, desta forma, poder-se-ia acomodar o ciclo na meta nos momentos que demandassem intervenção.

Viu-se, no tópico anterior, que a atuação do Estado é central para se conseguir alcançar uma trajetória virtuosa de crescimento. As políticas de valorização salarial e de transferência de renda devem ser acompanhadas de investimentos públicos massivos. Desta forma, o Estado deve ter uma sólida capacidade de investimento. Para que isso seja possível, as contas públicas devem ser superavitárias nas contas não relacionadas a investimento. Quer dizer, só estará plenamente assegurado o investimento público se as demais despesas, incluindo-se as financeiras, não superarem as arrecadações. O excesso de receita sobre tais despesas representaria a capacidade de investimento com equilíbrio fiscal. Carneiro (2012, p. 772) lembra que o papel do Estado vai além do asseguramento da demanda, devendo atuar, igualmente, na garantia do investimento autônomo. Para isso, pode-se procurar diminuir os riscos dos investimentos privados ou aumentar as suas rentabilidades. É importante frisar que

os social-desenvolvimentistas não tem apego à necessidade de equilíbrio fiscal. No entanto, reconhecem que o financiamento dos investimentos por déficits públicos não pode ser a forma de alcançar uma trajetória virtuosa a longo prazo.

“A despeito da redundância, vale dizer que a principal virtude do regime de câmbio flutuante é sua flexibilidade” (ROSSI, 2015, p. 18). A frase do autor foi feliz em captar a duplicidade do regime de câmbio flutuante. É certo que a possibilidade de variações na taxa cambial é instrumento importante para absorver choques externos que, de outra forma, teriam impactos internos mais significativos sobre a economia. No entanto, a taxa de câmbio definida pelo mercado não é, necessariamente, aquela compatível com o desenvolvimento econômico (ROSSI, 2015, p. 19).

Para os social-desenvolvimentistas, deve-se implementar uma política cambial ativa. O primeiro motivo para tal, exposto por Biancarelli e Rossi (2014, p. 29), vem do fato de que países cujos setores exportadores são concentrados na produção de *commodities*, tendem a ter, nestas, principais meios de obtenção de divisas. Desta forma, as receitas de exportação apresentariam alta volatilidade, respondendo aos ciclos de preços internacionais de *commodities*. Outro motivo seria conter os movimentos excessivos da taxa de câmbio decorrentes de intenso fluxo de capitais especulativos. Países como o Brasil, pobres em capital e com taxas de juros elevadas, tendem a apresentar movimentos constantes de capitais de curto prazo, que aumentam a volatilidade do câmbio. Defende o social-desenvolvimentismo a regulação destes fluxos.

A taxa cambial não pode ser, diante do que foi exposto anteriormente, demasiadamente elevada. Uma apreciação excessiva teria como consequência a perda de competitividade do setor exportador e, sobretudo, uma tendência à elevação da elasticidade-renda das importações, já que os bens industriais do exterior se tornariam mais baratos. Por outro lado, uma depreciação demasiada teria como contrapartida a elevação do nível geral de preços. Esta elevação pode ser traduzida como diminuição dos salários reais e, em consequência, do consumo de massa. Portanto, a política cambial social-desenvolvimentista deve ser capaz de suavizar os movimentos da taxa de câmbio em nível que não comprometa o crescimento do consumo nem o da indústria nacional.

Associa-se à volatilidade do câmbio, como se afirmou acima, taxas de juros muito elevadas, que atraem capitais especulativos de curto prazo. Como primeiro motivo pelo qual defendem os social-desenvolvimentistas a redução das taxas de juros, salienta-se o efeito perverso sobre o câmbio e as contas externas. Mais importante que este, talvez, seja o fato de que os juros excessivamente elevados promovem “o enfraquecimento dos encadeamentos

induzidos a partir das fontes autônomas de gasto” (BASTOS, 2012, p. 803). Isto ocorre porque, se mantidas em patamar demasiado elevado, as taxas de juros inibem os investimentos, provocando tendência à financeirização. Ademais, o regime de metas de inflação não seria, nesta concepção, adequado. O “processo de mudança estrutural que acompanha o processo de desenvolvimento acarreta pressões de custos [...] [e, pois, a inflação] [...] deveria ser controlada por um mix de políticas econômicas que perpassem as suas diferentes fontes” (FINELLI; FEIJÓ, 2017, p. 254).

### 3.3 TESTANDO HIPÓTESES

Percorrendo o caminho que foi apresentado na nota metodológica, pergunta-se, em primeiro lugar, se o social-desenvolvimentismo se enquadra no conceito de desenvolvimentismo que serve de referência a esta monografia. O primeiro atributo do conceito apresentado no segundo capítulo diz respeito à existência de um projeto nacional. Deve-se procurar um projeto de transformação da sociedade que tenha a nação como epicentro. Este requisito parece ser claramente cumprido diante do que foi exposto nos tópicos predecessores. O sentido maior da proposta social-desenvolvimentista é a execução de uma estratégia de crescimento capaz de transformar a estrutura produtiva e gerar círculo de crescimento virtuoso para o país, explorando-se ao máximo as possibilidades de relações intersetoriais. Portanto, seria forçoso dizer que se trata, puramente, de um projeto de expansão do setor industrial. Como foi visto, o setor agrícola tem um papel de relevo – e não somente instrumental – e os investimentos exigem coordenação. Acrescenta-se a isto a inovadora proposta de investimentos massivos em infraestrutura social, com benefícios indiretos sobre o conjunto da economia e da sociedade, de maneira geral. Desta forma, parece incontroverso o preenchimento deste requisito conceitual.

O segundo atributo formador do núcleo do conceito que se apresentou diz respeito à necessidade de intervenção consciente do Estado para a viabilização do projeto. Pela estratégia que se desenhou acima, o Estado deveria atuar na garantia do crescimento através de: políticas anticíclicas que suavizassem os movimentos da demanda agregada; investimentos públicos em infraestrutura econômica e social; programas de distribuição de renda; políticas de valorização salarial; incentivos fiscais às empresas para garantir o adensamento das cadeias produtivas; política cambial ativa; restrições ao fluxo de capitais de curto prazo; etc. Portanto, sobre este ponto também não resta dúvida sobre o cumprimento do requisito.

A defesa da industrialização como meio para alcançar-se os objetivos finais desejáveis de transformação da sociedade é o terceiro elemento do núcleo do conceito. Parece que neste ponto, uma vez mais, resta incontroversa a presença desta concepção. A ideia de que é necessário o crescimento da indústria é consensual entre os autores referenciados neste capítulo. Sem o crescimento do setor industrial não se poderia ampliar o progresso técnico a longo prazo nem criar relações virtuosas entre os setores da economia. Fonseca (2015, p. 21) salienta, inclusive, a relação com a agricultura na sua explicação sobre o terceiro elemento do núcleo do conceito: a “industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário”. Portanto, inclusive neste aspecto secundário, o projeto social-desenvolvimentista enquadra-se ao conceito.

Percebe-se, diante do que se acabou de afirmar, que os requisitos são claramente preenchidos. Dificilmente se poderia imaginar uma opinião contrária. Poder-se-ia afirmar, desde logo, que o enquadramento do projeto da vertente social-desenvolvimentista ao conceito de desenvolvimentismo seria óbvio, em princípio, pelo próprio nome. Porém, esta relação não é necessária. E, mesmo ocorrendo, nada garantiria que se poderia fazer tal categorização sem ressalvas, como se verá no caso do novo-desenvolvimentismo apresentado no capítulo seguinte. O que se pode concluir é que é o social-desenvolvimentismo assemelha-se ao desenvolvimentismo precursor naqueles elementos que são essenciais à caracterização das experiências históricas consagradas pela literatura como desenvolvimentistas. Desta forma, verifica-se a primeira hipótese.

A segunda hipótese refere-se à heterodoxia<sup>31</sup>. Supôs-se que os autores seriam heterodoxos por apreenderem os fatores do lado da demanda como motores do crescimento. Como foi repetidamente afirmado nos tópicos anteriores, os social-desenvolvimentistas defendem um regime de crescimento baseado na expansão do consumo. Esta, por seus resultados sobre as expectativas do empresariado, estimularia o investimento autônomo. Portanto, há aqui a concepção keynesiano-kaleckiana de que o investimento responde a estímulos de demanda efetiva. Desta forma, também se verifica a segunda hipótese. A clareza sobre tal verificação dispensa mais comentários.

Por último, apresentou-se a terceira hipótese, relativa à resposta ao questionamento sobre qual seria a principal diferença entre as vertentes do desenvolvimentismo brasileiro contemporâneo que são objetos de estudo deste trabalho. Esta resposta, por hipótese, estaria na

---

<sup>31</sup> Para uma definição mais precisa de heterodoxia, ler nota de rodapé número quatro.

variável de demanda agregada que seria a principal dinamizadora do crescimento. Salienta-se, de antemão, que se entende que esta hipótese é parcialmente verificada neste capítulo<sup>32</sup>. Faz-se necessária apenas uma ressalva. Reafirmou-se, no parágrafo anterior, o papel do consumo de massa no projeto social-desenvolvimentista. No entanto, a estratégia foi desenhada pensando-se na articulação dos três motores do crescimento com seus dois turbinadores. Nesta perspectiva, sem que se conseguisse adentrar as cadeias produtivas perdidas e outras ainda por serem criadas, talvez o círculo virtuoso a que se referiu nos tópicos anteriores não se verificasse. Ou, igualmente, sem a expansão do setor agrícola, o projeto poderia ser inviabilizado pelo estrangulamento externo. No entanto, aceitou-se a hipótese pelo fato de que – por mais que, por um lado, os motores “recursos naturais” e “investimentos econômicos e sociais”, além dos turbinadores dos “encadeamentos produtivos” e das “inovações tecnológicas” cumpram papel-chave na consecução do objetivo do crescimento sustentado – estes não constituem a variável dinâmica mais importante. Não se deve, igualmente, reduzir a relevância das políticas macroeconômicas. Por mais que, para o social-desenvolvimentismo, um adequado manejo das políticas macroeconômicas não seria capaz de, por si, promover o crescimento sustentado, tais políticas podem, se não adequadamente geridas, ter efeitos perversos e impeditivos sobre o desenvolvimento econômico. O que se quer argumentar para o presente teste não é que os demais elementos não sejam importantes, mas apenas que a variável dinâmica mais relevante, como enfatizado, é o consumo de massa e, por tal razão, aceita-se parcialmente a terceira hipótese.

---

<sup>32</sup> Para compreender-se o caráter parcial das verificações desta hipótese nos capítulos três e quatro, ver nota metodológica no primeiro capítulo.

## 4 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

### 4.1 O VELHO E O NOVO

Entre os nomes dos novos-desenvolvimentistas, destaca-se, em primeiro lugar, o de Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>33</sup>, por ter iniciado os trabalhos com a noção de novo-desenvolvimentismo pioneiramente e de maneira independente. Estes serviram de referência para aqueles que, posteriormente, aderiram, em parte, a suas ideias e formularam propostas e análises complementares. Entre estes, destacam-se José Luis Oreiro<sup>34</sup>, Luiz Fernando de Paula<sup>35</sup>, João Sicsú<sup>36</sup>, Nelson Marconi<sup>37</sup>, Renaut Michel<sup>38</sup> e Paulo Gala<sup>39</sup>.

Estes autores são expoentes na retomada do debate acerca das políticas de promoção do crescimento econômico que vem ocorrendo no período posterior à crise de 1999, momento a partir do qual diversos elementos demonstraram a insuficiência do modelo neoliberal em superar os obstáculos ao desenvolvimento da economia brasileira. Suas publicações aparecem, em diversas vezes, como críticas ao modelo vigente e, em adição, como propostas para superar os impasses por este colocados.

O novo-desenvolvimentismo tem, nas palavras de seus autores, diferentes origens. Inclui-se a abordagem de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos de complementaridade entre Estado e mercado e a tradição estruturalista cepalina, que viu na industrialização latino-americana, de maneira isolada, um trajeto insuficiente para resolver os problemas econômicos e sociais da região, propondo uma estratégia de desenvolvimento que aliasse transformação produtiva e equidade social – crescimento de longo prazo e distribuição de renda (SICSÚ et al., 2005, p. XXXIV). A variedade de autores considerados novos-desenvolvimentistas tem como consequência a variedade de filiações teóricas. Entretanto, pode-se observar, por um lado, diversas teses associadas à teoria keynesiana e pós-keynesiana e, por outro, a crítica ao programa monetarista neoliberal e o empenho na constituição de um programa alternativo, que permitem estabelecer-se a intersecção entre os fundamentos teóricos das análises dos autores supracitados.

---

<sup>33</sup> EESP/FGV.

<sup>34</sup> FACE/UnB.

<sup>35</sup> FCE/UERJ.

<sup>36</sup> IE/UFRJ.

<sup>37</sup> EESP/FGV.

<sup>38</sup> ESC/UFF.

<sup>39</sup> EESP/FGV.

Desta forma, o novo-desenvolvimentismo, antes que um corpo teórico acabado, é uma estratégia de crescimento – conjunto de propostas de política – fundada na ideia de complementaridade entre mercado e Estado no processo de desenvolvimento. A primeira semelhança com o velho está na perspectiva crítica em relação às políticas de “*laissez-faire*” e possibilidades de o mercado, por si, ser capaz de fazer países em desenvolvimento alcançarem as nações que estão na vanguarda do progresso tecnológico. Esta ideia da necessidade do processo de “*catching-up*” para promover o desenvolvimento aparece em Marconi e Brancher (2017, p. 2), em Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 665) e em Sicsú, Paula e Michel (2005, p. XLII).

Como segunda semelhança, salienta-se outro aspecto teórico que permeou os trabalhos estruturalistas: a tese segundo a qual a demanda é o elemento central a induzir a produção e fomentar o crescimento econômico. Não se tinha, nos trabalhos cepalinos pioneiros, o subsídio da macroeconomia moderna, embora essa ideia estivesse evidente, por exemplo, nos trabalhos de Furtado, que entendia que os ciclos por que passava a economia brasileira – especializada em bens primários – eram ditados pela dinâmica da demanda internacional por estes bens. O objetivo de política de manter a estabilidade macroeconômica, em sentido amplo, e sustentar a demanda agregada é explícito nos autores novos-desenvolvimentistas: “o motor do crescimento das economias capitalistas é a demanda agregada” (OREIRO, 2012, p. 30).

Uma terceira semelhança está na atribuição de importância ao tratamento dos problemas econômicos e sociais desde as realidades específicas das economias nacionais em análise. Aqui reside o caráter histórico do entendimento do fenômeno do desenvolvimento, já que não se trata de um modelo puramente abstrato aplicável a qualquer realidade. Esta questão, embora seja explicitamente tratada por alguns autores (OREIRO, 2012, p. 29; OREIRO e PAULA, 2012, p. 66; BRESSER-PEREIRA, 2006), não pode ser considerada com o mesmo peso que tem para o estruturalismo cepalino. Para Furtado (1983, p. 71, grifo do autor), as estruturas referem-se a um conjunto de relações entre os fenômenos (variáveis) econômicos: “a forma como o [...] vetor [de variáveis exógenas] determina o [de variáveis endógenas] [...], ou seja, o conjunto de relações precisas entre as variáveis, constitui a *matriz estrutural* do modelo.” Nesta perspectiva, empenhou-se em estudar os “parâmetros não-econômicos”<sup>40</sup> desta matriz, tarefa que exige o exame histórico dos comportamentos dos grupos sociais (COSTA, 2012, p. 9). No caso do

---

<sup>40</sup> Segundo Furtado (1983, p. 73), são exemplos de tais parâmetros: estrutura agrária, sem cujo conhecimento não se poderia entender a rigidez da oferta de alimentos; o sistema de decisões, sem cujo exame não se poderia compreender a orientação das inovações técnicas, dado que pode estar em mãos de grupos estrangeiros; sem se compreender o dualismo estrutural, não se poderia explicar a tendência à concentração de renda; etc.

novo-desenvolvimentismo, a mediação histórica é mais anunciada do que efetivamente realizada (à exceção, talvez, dos trabalhos de Bresser-Pereira). Praticamente restringe-se à negação da universalidade da Ciência Econômica, com as consequentes rejeição às fórmulas prontas importadas e ideia de que a economia brasileira deve ser pensada nas especificidades atuais de sua realidade. Quando afirmam que as condições históricas do novo-desenvolvimentismo diferem das do velho, não procedem a exame rigoroso sobre os padrões de concorrência que caracterizaram a industrialização brasileira; ou sobre os padrões de acumulação; ou sobre os contextos políticos das variadas etapas do processo, etc. Assim, o tratamento que dão à ideologia precursora como algo “do passado”, pertencente a outro contexto, parece ter mais sentido enquanto estratégia retórica dos “novos” no afã de afastar um estigma do que enquanto exame crítico do pensamento precursor.

Entretanto, há diferenças de propostas dos autores novos-desenvolvimentistas em relação à experiência histórica do velho desenvolvimentismo que decorrem de mediação histórica correta, embora de identificação evidente. Em primeiro lugar, as ideias novo-desenvolvimentistas aplicam-se a países de desenvolvimento médio com parque industrial instalado e relativamente diversificado, como seria o caso brasileiro. Estabelece-se, aí, a primeira diferença de contexto em relação ao desenvolvimentismo precursor, cuja estratégia iniciou em cenário de especialização dos países na exportação de produtos primários.

Um segundo ponto relaciona-se ao papel excessivamente protecionista do Estado que teria caracterizado o velho desenvolvimentismo brasileiro, em especial a partir dos anos 1950. À essa época, não havia, no Brasil, uma burguesia nacional “forte”, elemento constitutivo do que seria um “núcleo endógeno” da industrialização. A ação estatal teria corroborado a permanência desta característica a partir de um protecionismo tarifário generalizado e com prazos indeterminados, que não estimulou o processo de aprendizagem das empresas e o progresso tecnológico. Este fato teria sido importante para “incutir no empresariado industrial brasileiro uma *mentalidade protecionista*, que encarava o protecionismo como um fim em si mesmo” (OREIRO e PAULA, 2012, p. 66, grifo do autor). Partindo-se desta leitura, a estratégia novo-desenvolvimentista dá ao mercado um papel de maior peso, pois entende que este será capaz de conduzir as empresas nacionais ao progresso e inovação de suas técnicas de produção ao depararem-se com contexto de concorrência internacional acirrada, amparadas por proteção estatal apenas em casos específicos, de maneira parcial, e com prazos definidos. Entretanto, reconhecem os autores as limitações da concorrência e a necessidade de regulação do Estado. Nota-se, como corolário dessas proposições, que, em Oreiro e Paula, há perda de importância por parte da política industrial, pois, caso o Estado fosse responsável por promover a



competitividade das empresas industriais, estar-se-ia agindo no sentido de desestimular a ação do empresariado na consecução deste objetivo – seja por meio de aprendizagem, seja por meio de inovação. Ou seja, estar-se-ia agindo no sentido de dificultar a constituição daquele “núcleo endógeno” da industrialização.

Um terceiro elemento diz respeito à negativa da perspectiva segundo a qual as empresas estatais devem cumprir um papel relevante. Esta teria sido a “mentalidade nacional-desenvolvimentista”, que entendia terem as empresas públicas uma função primordial, o que teria justificado a criação de estatais, sobretudo, nos ramos de petróleo e energia, insumos básicos e infraestrutura. “Na visão novo-desenvolvimentista, não faz mais sentido [...] a existência de um Estado-empresário” (OREIRO e PAULA, 2012, p. 66). Aqui, parece haver certa caricatura do que foi o processo de industrialização brasileiro, já que os autores não procedem à análise histórica de maior rigor, sem se questionarem se os governantes teriam escolhido, em primeiro lugar, a constituição de estatais e sem procurar, na história, as razões para o “núcleo endógeno” não se ter efetivado da maneira considerada mais adequada (CARNEIRO, 2012, pp. 768-769).

Outro ponto de discordância, que revela, uma vez mais, certa caricatura na leitura do processo histórico do desenvolvimentismo brasileiro, aparece na forma como os novos-desenvolvimentistas – mais claramente Bresser-Pereira – trata o que seria “relativa complacência com a inflação” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 47). Tratar-se-ia de uma característica do antigo desenvolvimentismo. Ora, tal caracterização é extremamente sensível ao exame histórico e dispensa comentários mais profundos. Se se pode afirmar que há, nos dias atuais, maior preocupação com a estabilidade de preços, esta observação decorre, talvez, da hegemonia do pensamento e da retórica liberal em voga. No entanto, a preocupação com a inflação era muito clara em diversos governos tratados pela literatura posterior como desenvolvimentistas. Ressalta-se, ademais, que não há contradição entre desenvolvimentismo, tal como definido no segundo capítulo, e a execução de políticas ortodoxas. Esta preocupação manifesta-se tanto no segundo governo Vargas quanto no governo Goulart, dois exemplos de desenvolvimentismo tipificados costumeiramente como “populistas” ou irresponsáveis. Ambos se iniciaram com defesa de propostas de estabilização, embora não negligenciassem a necessidade de crescimento de longo prazo (nem mesmo os neoclássicos negligenciam-na). Este fato é bem esclarecido por Fonseca e Monteiro, que concluem não ser razoável afirmar, que “os governos ‘populistas’ são incapazes de incorporar um discurso ou uma prática pró-estabilidade, já que esta recorrência à ortodoxia não só é detectável no plano retórico, mas também na condução efetiva da política econômica” (2005, pp. 239-240).

Afirmou-se acima que o novo-desenvolvimentismo tem em comum com o velho o reconhecimento da demanda como elemento impulsionador da dinâmica da economia. No entanto, como diferença, tem-se a primazia, para os “novos”, das exportações sobre as outras variáveis de demanda agregada a ser a principal responsável pelo ritmo de crescimento com equilíbrio. Se o modelo de substituição de importações caracterizou-se pelo deslocamento do centro dinâmico do setor exportador para o mercado interno, definindo o *crecimiento hacia adentro*, aparece, aqui, a proposta central dos novos-desenvolvimentistas a caracterizar um regime do tipo *export-led growth*. Consideram que “uma trajetória de crescimento liderado pelos salários ou pelos gastos do governo é insustentável a longo prazo” (OREIRO, 2012, p. 29). Somente as exportações poderiam liderar o crescimento sem que houvesse desequilíbrio do balanço de pagamentos. Uma semelhança com o desenvolvimentismo precursor aparece neste ponto, já que os novos-desenvolvimentistas também identificam na restrição externa o principal fator impeditivo do desenvolvimento sustentado: “um crescimento sustentável do ponto de vista do balanço de pagamentos tem que ser necessariamente impulsionado pelas exportações. Se isso ocorrer, teremos um regime de crescimento do tipo export-led” (OREIRO, 2012, p. 31).

O novo-desenvolvimentismo coloca-se, assim, como um “terceiro discurso” entre “o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 43). Pelo que se descreveu acima, infere-se que os trabalhos formadores das teses novo-desenvolvimentistas têm um sentido histórico, embora a mediação seja pouco relevante do ponto de vista das análises e das contribuições que delas decorrem, como se verá com maior clareza posteriormente. Propõe-se um conjunto de medidas que visam à garantia da estabilidade macroeconômica (*lato sensu*) e das condições para o investimento privado. As políticas protecionistas têm papel diminuído (à exceção da política cambial, como se verá a seguir); o empreendimento estatal é relegado a segundo plano; igualmente o é o financiamento dos investimentos públicos com recurso à emissão (forma de “populismo” econômico).

Sintetiza-se o novo-desenvolvimentismo como segue: um conjunto de proposições de política econômica baseadas em um rearranjo das variáveis macroeconômicas – com a centralidade na depreciação cambial – e em reformas institucionais garantidoras da competitividade das empresas nacionais, do bom funcionamento do mercado e do investimento privado, necessários a um crescimento de longo prazo liderado pelas exportações, através do qual os países em desenvolvimento lograriam alcançar o nível de renda per capita das nações desenvolvidas. Nas palavras de Bresser-Pereira:

um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12)

Na acepção de Marconi e Brancher, a centralidade da política macroeconômica é ainda mais clara. Os autores resumem a agenda, referindo-se às taxas de câmbio, de juros, de salários, de lucros e de inflação, como segue:

O Novo-Desenvolvimentismo defende que o Estado articule, junto à devida representação dos diversos grupos sociais, uma estratégia nacional de desenvolvimento para realizar o *catching-up* [...]. A teoria novo-desenvolvimentista afirma que a política macroeconômica deve visar [...] a manutenção desses cinco preços em seus níveis corretos e que o resultante investimento levará à [...] reorientação da produção na direção dos setores que geram maior valor adicionado por trabalhador (MARCONI e BRANCHER, 2017, pp. 3-4)

Portanto, a estratégia novo-desenvolvimentista circunscreve-se, antes, em uma discussão acerca dos fundamentos macroeconômicos para o desenvolvimento da economia brasileira e, apenas secundariamente, em outra sobre os elementos determinantes das estruturas sociais que compõem a economia nacional – a despeito da recorrente denominação desta vertente como Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento –, ou sobre o sentido histórico do desenvolvimento brasileiro, ou sobre princípios filosóficos e metodológicos mais gerais formadores das teorias econômicas, como o faziam os teóricos estruturalistas associados ao desenvolvimentismo precursor.

#### 4.2 MACROECONOMIA NOVO-DESENVOLVIMENTISTA E A CRÍTICA DO REGIME DE CRESCIMENTO ATUAL: PROPOSTAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Variadas são as divergências dos novos-desenvolvimentistas em relação ao regime de crescimento e às políticas econômicas executados nos últimos vinte anos<sup>41</sup>. Uma delas está na compreensão de que a política monetária adotada é um fator limitante – ou até mesmo

---

<sup>41</sup> Replica-se nota anterior: houve uma interrupção da política macroeconômica (“tripé”) – iniciada no segundo governo Cardoso, em 1999, e mantida por Silva – no primeiro mandato de Rousseff, ao final de 2011, quando se observou uma ação deliberada do governo no sentido da expansão do crédito e da depreciação cambial. Esta nova orientação, no entanto, foi de curta validade (até fins de 2014), devido, sobretudo, ao isolamento político do governo.

impeditivo – da consecução do objetivo do desenvolvimento. Aqui, ressalta-se, em primeiro lugar, o keynesianismo da abordagem novo-desenvolvimentista, em cuja perspectiva a taxa de juros não pode ser superior à taxa esperada de retorno do capital, pois, neste caso, o investimento não seria efetivado pelo empresariado, que não teria satisfeito o *finance motive* (MOLLO & AMADO, 2015, p. 11). Ao contrário, a taxa de juros deve ser “significativamente inferior à taxa de retorno do capital” (OREIRO, 2012, p. 33). Dada a importância do instrumento monetário, propõe-se – contrariando o receituário ortodoxo – duplo mandato para o Banco Central: estabilidade da inflação e nível de emprego (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 21); ou, na proposta de Oreiro, condução da política monetária “de forma discricionária, tendo como metas operacionais a obtenção de uma taxa de inflação estável em médio e longo prazos e uma taxa de crescimento sustentável para o produto real” (2012, p. 33).

Ainda em se tratando da política monetária, um segundo ponto relaciona-se às contas externas. As taxas de juros elevadas promovem excessivo influxo de capitais e tornam a economia vulnerável a ataques especulativos, tirando margem de manobra da política monetária (MOLLO, 2015, p. 13)<sup>42</sup>, além de contribuir para a substituição da poupança interna por poupança externa, o que significa *déficits* em transações correntes (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007, p. 4).

Bresser-Pereira e Gala contrapõem-se ao uso da poupança externa como instrumento de promoção do investimento, tratado por Obstfeld e Rogoff (1996, p. 18) como algo positivo – ou não necessariamente negativo. Segundo estes autores, haveria uma preocupação excessiva dos *policy makers* com o equilíbrio das transações correntes, sem perceberem que o comércio intertemporal possibilitaria um perfil de consumo e investimento mais equilibrado no tempo. Seria vantajoso tanto aos países desenvolvidos (ricos em capital) quanto aos em desenvolvimento (pobres em capital), nos quais observa-se maior produto marginal do capital, já que, nestes, poder-se-ia elevar as taxas de investimento e, para aqueles, ter-se-ia oportunidades de investimento a taxas de remuneração superiores às domésticas. Os novos-desenvolvimentistas refutam essa estratégia, em primeiro lugar, porque, em algum momento, a persistência do saldo negativo em conta corrente levaria a crises de balanço de pagamentos. O uso da poupança externa não poderia ser uma estratégia de crescimento de longo prazo, pois, a despeito de o país poder “ter *déficits* em conta corrente, gerando novas dívidas, [...] depois de

---

<sup>42</sup> Mollo, no ano citado, divide as correntes do desenvolvimentismo brasileiro atual de maneira diferente da adotada nesta monografia. Além dos novos-desenvolvimentistas e social-desenvolvimentistas, ela refere-se, na página que serve de referência, aos desenvolvimentistas pós-keynesianos, tratando-os como corrente específica. Aqui, entende-se não haver motivos suficientes para que estes sejam separados dos primeiros e, por isso, faz-se esta referência à Mollo no capítulo presente, dedicado ao novo-desenvolvimentismo.

um certo nível o excesso de dívida começa a ter efeitos negativos sobre a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico” (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003, p. 11). Acrescenta-se que, nos momentos de baixa cíclica, há fuga dos capitais depositados em países com escassez deste fator, o que faria dos países deficitários reféns dos ciclos econômicos internacionais.

No entanto, Bresser-Pereira e Gala (2007) vão além do ponto acima referido, “que estabelece o limite do problema” (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007, p. 5). Argumentam que o influxo de poupança externa é indesejável (é prejudicial) mesmo quando não causam crises de balanço de pagamentos ou fragilização financeira. Isto porque a maior parte do financiamento externo, seja ele realizado através de empréstimo ou de investimento direto, tende a se desdobrar em consumo (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007, pp. 5 e 6; OREIRO e PAULA, 2012, p. 72). Este financiamento externo só iria transformar-se em aumento da capacidade produtiva do país receptor caso se verificasse, neste, altas oportunidades de investimento. Portanto, o desenvolvimento econômico, para esta vertente do desenvolvimentismo brasileiro, deve apoiar-se na poupança interna. Ademais, da estratégia de crescimento com *déficit* em transações correntes decorre, segundo os autores, apreciação cambial, que vem a ser exatamente o oposto daquilo que é defendido pelos mesmos.

Se os novos-desenvolvimentistas têm, nas exportações, a variável desencadeadora do processo de crescimento, têm, na política cambial, a política macroeconômica mais importante. Além das taxas de juros altas, entre os resultados do tripé macroeconômico adotado no Brasil destaca-se uma taxa de câmbio baixa<sup>43</sup>. Este resultado não decorre, inteiramente, do regime macroeconômico em questão, mas também de reformas institucionais pró liberalização dos fluxos de capitais que contextualizaram sua implementação na década de 1990, quando o país adotou a estratégia de crescimento com poupança externa aconselhada por Washington. Altas taxas de juros e liberalização da conta financeira resultaram em grande influxo de capitais internacionais para o Brasil, assim como ocorreu em outros países latino-americanos (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 20). Esses recursos, ao pressionarem o câmbio no sentido da valorização, acabaram por tornar-se o principal fator determinante das oscilações da taxa cambial, papel antes cumprido pelos saldos em transações correntes. Assim, nos momentos de disponibilidade de liquidez internacional, o câmbio tende à apreciação e, nos de baixa, à depreciação, provocando, subsequentemente e respectivamente, redução e elevação do saldo em conta corrente (OREIRO e PAULA, 2012, p. 80). Essa opinião é referendada por Jayme Jr.

---

<sup>43</sup> Taxa de câmbio baixa significa moeda nacional valorizada frente à moeda estrangeira.

e Crocco, que demonstram “como a conta de capitais determina, por meio de períodos de aumento da liquidez, a conta corrente” (JAYME Jr. e CROCCO, 2005, p. 150).

No entanto, os efeitos dos movimentos da taxa de câmbio não se restringem ao balanço de pagamentos. Eles atingem a estrutura produtiva da economia nacional. Ao apreciar-se o câmbio, reduz-se a lucratividade dos setores manufatureiros produtores de bens *tradables*. Ou seja, a apreciação cambial induz “migração de capitais dos setores de manufaturados para os setores de bens comercializáveis não manufaturados e de bens não comercializáveis” (OREIRO e PAULA, 2012, p. 81). Isto porque os setores de bens *tradables* não manufaturados são intensivos em recursos naturais escassos, o que possibilita aos mesmos a obtenção de rendas ricardianas que compensam, pelo lado dos custos, o efeito da apreciação. Tendo-se em vista que os setores produtores de bens não *tradables*

tendem a apresentar retornos decrescentes de escala, ao passo que o setor de bens comercializáveis apresenta retornos crescentes, segue-se que essa mudança na estrutura produtiva deverá resultar numa taxa de crescimento do produto real mais baixa no longo prazo. (OREIRO e PAULA, 2012, p. 81)

Este vem a ser o principal problema da taxa cambial valorizada. Ela constitui um obstáculo ao crescimento industrial e ao desenvolvimento econômico de longo prazo. Por mais que não defendam o mesmo protecionismo praticado pelo nacional-desenvolvimentismo característico do Processo de Substituição de Importações, a variável cambial assume posição central, devendo cumprir o papel de garantir a competitividade das empresas do país, sobretudo do setor exportador. Na verdade, para os novos-desenvolvimentistas, a ocorrência sistemática do câmbio apreciado é o principal elemento a explicar o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil após o Plano Real. Na esteira do que foi dito acima, propõem um regime cambial de flutuação administrada, com os objetivos de manter, em alguma medida, a estabilidade da taxa de câmbio real em nível competitivo.

Ressalta-se, uma vez mais, que o equilíbrio do balanço de pagamentos é princípio norteador da preferência dos novos-desenvolvimentistas pela variável das exportações como principal componente da demanda agregada a impulsionar os investimentos e o desenvolvimento econômico sustentado. Para atingir-se o objetivo do desenvolvimento com equilíbrio externo, necessita-se que as políticas econômicas tenham alto grau de coordenação. Nesta perspectiva, Oreiro e Paula (2012, p. 72) salientam a necessidade, além da estabilidade do câmbio em nível competitivo, de políticas de

regulação e supervisão financeira [...] [que assegurem] a estabilidade do sistema financeiro [...] [e que] permitam [...] enfrentar os problemas relacionados com a volatilidade dos fluxos de capitais em mercados financeiros/cambiais pouco densos.

Muitos trabalhos foram escritos objetivando esclarecer a relação positiva entre a liberalização financeira e o crescimento econômico, embora não se consiga aferir, com clareza, um nexos causal entre ambos. Como mostram Prasad, Rogoff, Wei e Kose, em estudo que relaciona a abertura financeira e o crescimento em países em desenvolvimento: “*there is no strong, robust and uniform support for the theoretical argument that financial globalization per se delivers a higher rate of economic growth*” (PRASAD et al, 2003, p. 8). O diagnóstico dos novos-desenvolvimentistas, de inspiração pós-keynesiana, é de que a economia brasileira, por seu processo de abertura – comercial e financeira – da década de 1990 e pela combinação de política de juros altos e regime cambial flutuante tornou-se vulnerável a movimentos de capitais especulativos de curto prazo. Portanto, propõem uma mudança na forma de financiamento do balanço de pagamentos, “devendo-se evitar fluxos de capital de portfólio e dívida de curto prazo que podem gerar custos associados a uma alta volatilidade dos fluxos de capitais, sem gerar benefícios de difusão de conhecimento” (OREIRO e PAULA, 2012, p. 72).

A política fiscal estabelecida no país em 1999 objetivava assegurar a capacidade do governo brasileiro de honrar seus compromissos financeiros e assegurar a estabilidade da razão entre a dívida pública e o PIB. Se associada à política de juros altos, “distorção histórica da forma de financiamento da dívida pública brasileira” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 4), tem-se uma grande limitação da capacidade do governo de incorrer em novos empréstimos e implementar investimentos públicos. Os novos-desenvolvimentistas compartilham com a ortodoxia a ideia de que a política fiscal não pode ser usada como motor do crescimento sustentado, embora, diferentemente daquela, reconheçam a importância desse instrumento como política anticíclica (MARCONI e BRANCHER, 2017, p. 29; OREIRO, 2012, p. 34). Apesar de compartilharem a ideia da necessidade do equilíbrio, fazem-no por razões diferentes.

Parte-se, para formulação das propostas de metas para a política fiscal, da divisão entre conta corrente e conta de capital<sup>44</sup> (PAULA, 2008, p. 226; OREIRO e PAULA, 2012, p. 86; BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 676). Na primeira, soma-se a arrecadação do governo e das empresas públicas e subtrai-se seus gastos correntes – excluídos os investimentos públicos e incluídos os pagamentos de juros. Na conta capital, tem-se como crédito o *superávit* da conta

---

<sup>44</sup> Salienta-se que esta diferenciação não diz respeito ao balanço de pagamentos e, sim, às contas do setor público consolidado.

corrente, e, como débito, os gastos de investimento. Desta forma, segundo os autores, o Ministério da Fazenda deve definir metas de *superávit* corrente – poupança pública – para, com ele, financiar – integral ou majoritariamente – os investimentos públicos em infraestrutura econômica (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 21). Estes investimentos têm externalidades positivas sobre o setor privado, já que aumentam seus lucros e estimulam seus investimentos. Ademais, justificam-se pelo maior efeito multiplicador que têm sobre a economia do que os gastos correntes.

A importância do equilíbrio fiscal não se resume, para os novos-desenvolvimentistas, à garantia do investimento público; reconhecem a possibilidade do financiamento via endividamento. No entanto, veem neste recurso tendência de elevação do nível geral de preços. O equilíbrio fiscal é importante para que as políticas econômicas coordenadas propiciem crescimento equilibrado. Explica-se a seguir.

Pela política macroeconômica vigente, prende-se à armadilha dos juros e do câmbio, que se manifesta quando se tenta baixar, continuamente, as taxas de juros. Quando isso ocorre, a taxa de câmbio tende a aumentar (depreciação), o que, por sua vez, provoca aumento do nível geral de preços. O Banco Central, objetivando alcançar o centro da meta, eleva a taxa básica de juros, ignorando o fato de a inflação ter sido gerada pelo lado dos custos, e não da demanda. De outro lado, ao reduzir-se a taxa de juros e alcançar-se uma taxa de crescimento razoável do produto, o saldo em transações correntes tende a reduzir. Boa parte do financiamento do *déficit* corrente realiza-se por capitais especulativos, atraídos pelas taxas de juros altas. Se este *déficit* alcançar nível considerado inaceitável, as autoridades monetárias elevam novamente a taxa básica de juros para evitar a escalada inflacionária. A elevação da Taxa Selic, além da contenção da inflação, tem efeito recessivo e de aumentar o endividamento público (BRESSER-PEREIRA, 2005, pp, 24-26).

Para fugir-se dessa armadilha, dever-se-ia, em primeiro lugar, adotar política de metas de inflação menos rigorosa, de tal forma a dar margem para a depreciação cambial e para a redução das taxas de juros. A partir destes movimentos, reconhece-se o resultado da elevação da inflação. Porém, esta seria temporária, contida quando a estabilidade da taxa cambial fosse alcançada. Em segundo lugar, o câmbio em nível competitivo propiciaria o equilíbrio externo pelo seu resultado positivo no saldo em conta corrente do balanço de pagamentos. O equilíbrio fiscal manifesta-se importante, desta forma, para evitar a aceleração da inflação e contribuir para a manutenção do investimento privado. Ao mesmo tempo, a regulação dos fluxos de capital de curto prazo corroboraria a estabilidade cambial – com seus reflexos sobre o nível de preços



– e da dívida pública. Assim sintetiza-se a coordenação das políticas macroeconômicas na proposta novo-desenvolvimentista.

Sobre a política salarial de valorização real implementada no Brasil, sobretudo durante os governos Silva e Rousseff, os novos-desenvolvimentistas veem-na com certa “cautela”. Isto porque entendem que o crescimento sistemático dos salários reais só deve ocorrer em paralelo ao crescimento da produtividade, sem exceder este último. O aumento da participação dos mesmos no total da renda nacional, em tese, levaria, no limite, a uma taxa de lucro nula, como salienta Oreiro: “[do] ponto de vista econômico, um aumento cumulativo da participação dos salários na renda irá resultar, em algum momento, numa tendência a queda da taxa de lucro” (OREIRO, 2012, p. 32). Ferrari Filho e Fonseca reconhecem o sentido desta tendência, embora discordem da compreensão de que a execução de uma estratégia *wage-led* passe pela distribuição funcional da renda em favor dos salários:

*the wage-led pattern offers the advantage of opening up room to improve income distribution, because the idea is to create conditions for relations of ‘cooperation’ between wages and profits. In this pattern, wages may – albeit not necessarily – account for a growing share of income, but this aspect of its ex post performance cannot be its leading characteristic because, over the long term, that would entail a zero profit margin. (FERRARI FILHO e FONSECA, 2015, p. 96)*

Um segundo argumento contrário ao regime de crescimento calcado no consumo destacado pelos novos-desenvolvimentistas refere-se à relação entre esta variável (consumo) e a taxa de câmbio. Um aumento sistemático da participação dos salários na renda teria como resultado uma tendência à apreciação cambial. Esta, por sua vez, estimularia uma transferência dos capitais aplicados nos setores industriais para os de bens não comercializáveis, induzindo uma reprimarização da produção e o direcionamento da demanda interna para a oferta internacional – ou seja, o resultado seria desindustrialização. Ademais, esta reprimarização traria como consequência a redução da elasticidade-renda das exportações e o aumento da elasticidade-renda das importações – o que significa que a taxa de crescimento do produto compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos tornar-se-ia menor (OREIRO, 2012, p. 32).

O aspecto conservador das propostas novo-desenvolvimentistas aparece exatamente na sua defesa de atuação do Estado na “moderação salarial”: “[defende-se] uma política salarial que promova a moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a estabilidade da distribuição funcional da renda”

(OREIRO, 2012, p. 29). A perspectiva segundo a qual o crescimento das taxas de salário devem acompanhar o crescimento da produtividade com o prejuízo de, no caso contrário, ocorrer desequilíbrio macroeconômico é uma proposição conhecida da teoria neoclássica, além de caracterizar uma atuação do Estado na distribuição da renda no sentido de torná-la mais regressiva (MOLLO e AMADO, 2015, pp. 10-11). Desta forma, os princípios de equidade e justiça social presentes nos textos de apresentação do novo-desenvolvimentismo manifestam-se mais retóricos do que teóricos.

#### 4.3 TESTANDO HIPÓTESES

Na esteira do que foi apresentado acima, pode-se afirmar que as propostas novo-desenvolvimentistas atendem àqueles requisitos formadores do conceito histórico de desenvolvimentismo e podem, pois, ser caracterizadas como tal?

Em primeiro lugar, entende-se que se verifica o atributo relativo a projeto nacional. Este ponto, inclusive, parece ser o de menor controvérsia, dado que as proposições dos autores referenciados nos tópicos precedentes têm como objetivo maior alcançar, explicitamente, maiores níveis de renda *per capita* e qualidade de vida para a população do país. A busca do processo do “*catching-up*”, presente em Marconi e Brancher (2017, p. 2), em Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 665) e em Sicsú, Paula e Michel (2005, p. XLII), não tem como objeto senão a economia nacional. Não caberia a interpretação de que as propostas visam, simplesmente, ao crescimento industrial, posto que foi explicitado o valor instrumental atribuído a este crescimento na busca da transformação e desenvolvimento nacionais.

O atributo relativo a intervencionismo parece, igualmente, evidente. A defesa da necessidade de intervenção é clara tanto nos textos de apresentação, como os de Oreiro e Paula (2012) e de Sicsú, Paula e Michel (2005), quanto naqueles dedicados à construção de modelos de política macroeconômica consistentes, como o de Oreiro (2012) e Bresser-Pereira (2005). A ideia de que o mercado não é capaz de, por si, levar a uma trajetória equilibrada de crescimento de longo prazo manifesta-se nas propostas de restrição ao livre fluxo de capitais de curto prazo, de intervenção na flutuação cambial, de políticas industriais ativas e de promoção do investimento público. Cabe, entretanto, uma ressalva. Percebe-se, pelo que foi exposto no tópico no qual se comparou “o velho e novo”, que há uma diferença substantiva entre a importância que os teóricos novo-desenvolvimentistas dão ao papel da concorrência e a que é dada pelos teóricos do desenvolvimentismo precursor. Para estes, a economia brasileira – e periféricas, de maneira geral – estaria fadada à especialização primária, heterogeneidade

estrutural nas produtividades dos setores, baixa difusão de progresso técnico, etc., caso não houvesse forte intervenção estatal no crescimento da indústria. Tal intervenção, como se mostrou, passava por políticas de cunho protecionista de variadas formas. Para os novos-desenvolvimentistas, o protecionismo deve ser reduzido, executado, sobretudo, pela política cambial. Eles entendem que o protecionismo do desenvolvimentismo precursor foi excessivo e trouxe problemas à economia brasileira, como foi dito no primeiro tópico deste capítulo. Portanto, por mais que haja clara defesa do intervencionismo nos teóricos atuais, a concorrência capitalista assume um papel muito mais relevante do que o observado no pensamento desenvolvimentista precursor.

O terceiro elemento do *core* do conceito, o de industrialização, a despeito do que pode parecer à primeira vista, é, talvez, o mais controvertido e, portanto, deve-se tecer algumas considerações. Salienta-se, de antemão, que se entendeu como preenchido também este requisito.

Em primeiro lugar, afirma-se que a defesa da industrialização – e a crítica da desindustrialização – aparece de maneira explícita em vários artigos nos quais se referenciou nesta monografia: Bresser-Pereira (2004; 2005; 2006; 2010a; 2012); Bresser-Pereira e Gala (2010); Marconi e Brancher (2017); Oreiro (2012); Paula (2008); Sicsú, Paula e Michel (2005). No entanto, a defesa de políticas industriais ativas de longo prazo não tem mesma ênfase em todos os autores. Pensando-se na corrente como um todo, as políticas industriais ficam em segundo plano, de caráter temporário, priorizando-se o rearranjo das variáveis macroeconômicas como principal medida para fazer crescer o setor industrial. Talvez este seja um dos motivos que levaram Mollo e Amado (2015) a separarem o novo-desenvolvimentismo precursor do desenvolvimentismo pós-keynesiano. O caráter controverso deste ponto advém do fato de que a “comprovação [deste atributo] exige extrema cautela pois é preciso respaldá-la com atos capazes de evidenciar que não se limita a simples retórica” (FONSECA, 2015, p. 33). Diante desta colocação, pergunta-se: se um governo adotasse as políticas macroeconômicas novo-desenvolvimentistas e se limitasse a políticas industriais temporárias, poder-se-ia classificá-lo de acordo com o conceito de Fonseca? Este questionamento mostra-se relevante para se pensar em políticas de Estado. Como aqui se está tratando apenas de proposições teóricas, o requisito é preenchido. No entanto, o questionamento é pertinente. Entende-se também que afirmar categoricamente se há ou não intenção é tarefa que carece de critérios mais objetivos, pois se sabe que os discursos políticos são, em alguma medida, viesados pelos interesses dos governantes e, de outro lado, que são matéria-prima indispensável para o estudo

do pensamento e das intenções. Como, aqui, avaliam-se trabalhos acadêmicos, resolve-se a controvérsia afirmando serem preenchidos todos os requisitos do conceito.

A segunda hipótese apresentada na introdução – segundo a qual os autores colocam-se como heterodoxos por apreenderem fatores do lado da demanda como “motores” do crescimento – resta clara após esclarecida a explícita filiação, de maior ou menor grau, keynesiana de todos os autores elencados nesta corrente do desenvolvimentismo. É claro que não se trata de um único referencial teórico, mas, naquilo que se relaciona à importância da demanda efetiva para estimular-se o investimento, tem-se um elemento comum. Entende-se que esta hipótese ficou provada diante do que foi exposto nos tópicos anteriores e dispensa maiores comentários.

Por último, compreende-se que as exportações assumem papel protagonista na promoção do crescimento, constituindo objetivo explícito das políticas econômicas defendidas. Como se afirmou anteriormente, o equilíbrio das contas externas é princípio norteador das formulações de propostas dos autores em questão e a obtenção de *superávits* comerciais é a forma de alcançá-lo. Percebe-se que as demais políticas macroeconômicas são pensadas de maneira coordenada, para que se consiga implementar uma política de depreciação cambial sem que se incorra em desestabilidade dos preços. A importância do equilíbrio fiscal e dos controles de fluxos de capitais é compreendida tendo-se em vista a necessidade de evitar maiores flutuações no câmbio e de assegurar-se a estabilidade necessária para se realizarem os investimentos. Desta forma, também se verifica, parcialmente (seguindo procedimento esclarecido na nota metodológica), a terceira hipótese.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O social-desenvolvimentismo originou-se em movimentos políticos associados à luta sindical por valorização salarial e benefícios sociais. Desta forma, tem conexão com as políticas petistas de ampliação do consumo. Tais políticas passaram a ser estudadas e defendidas por pesquisadores no campo da Ciência Econômica, com particular significância no Instituto de Economia da Unicamp, embora não restrito a este. Tal relação com movimentos políticos institucionais possibilitou certa inserção das ideias desta vertente em setores do governo. Ao contrário ocorreu com o novo-desenvolvimentismo. Este surgiu, sobretudo, a partir de trabalhos de pesquisadores preocupados com as propostas de desenvolvimento para o país. Embora se relacione, em alguma medida, com o programa social-democrata do PSDB, como sustenta Bastos (2012, p. 784), observa-se que sua inserção é mais limitada à academia. Salienta-se que, enquanto movimento engajado na luta de ideias, o novo-desenvolvimentismo mostra-se mais coeso e organizado, já que, na vertente social-desenvolvimentista, é mais difícil observar um conjunto de trabalhos e pesquisas articulados. Bresser-Pereira é autor pioneiro nos trabalhos novo-desenvolvimentistas.

Do que foi afirmado acima, percebe-se a relação entre as propostas social-desenvolvimentistas e a defesa de valorização salarial. Sabe-se que as decisões de política econômica têm fundamentação ideológica. Na verdade, o próprio caráter político da economia coloca a ética como pano de fundo das decisões – e propostas – econômicas. Do ponto de vista político, o social-desenvolvimentismo associa-se aos interesses da classe trabalhadora, pois tem como consequência uma melhor inserção desta na relação capital-produto e por argumentar pela necessidade de ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura social. Suas propostas de distribuição mais equânime da renda assemelham-se ao ideário social-democrata. Em tempos de acirramento dos embates ideológicos, faz-se necessária a observação de que não há relação com movimentos socialistas, posto que se trata de um conjunto de propostas que visam à expansão dos investimentos e à intensificação da acumulação de capital.

Entre os autores referenciados no capítulo dedicado ao novo-desenvolvimentismo, percebe-se alguma preocupação com a garantia de investimentos públicos e, inclusive, de distribuição de renda, como em Bresser-Pereira (2006, p. 18): “Para o novo desenvolvimentismo, um governo será bom no plano econômico se for desenvolvimentista – se promover o desenvolvimento e a distribuição de renda”. Entretanto, seria forçoso estender o alcance de tais políticas. Como se afirmou, o modelo de política econômica proposto por esta vertente tem, nos lucros, um elemento dinamizador. Por se tratar de garantir a competitividade

do setor exportador, os salários devem ser rebaixados, configurando-se o regime do tipo *export-led*, explicado no último tópico do segundo capítulo. Na verdade, de acordo com esta visão, os salários, se aumentados sistematicamente em termos reais, teriam como resultado o desequilíbrio da conta corrente. Portanto, pode-se concluir que o projeto novo-desenvolvimentista vai ao encontro ao interesse do empresariado vinculado ao setor exportador, tendo-se em vista que a depreciação cambial defendida tem por resultado a redução do poder de compra dos salários.

A defesa de valorização salarial a que se referiu no primeiro parágrafo traduz-se, no campo teórico, no entendimento da premência da expansão do consumo de massa para alcançar-se, por um lado, maior qualidade de vida para a força de trabalho (com efeitos indiretos sobre a produtividade) e, por outro, uma trajetória de crescimento de longo prazo, como foi afirmado no terceiro capítulo. Por outro lado, a compreensão de que é condição necessária a expansão das exportações para uma trajetória de crescimento equilibrada permeia as propostas do novo-desenvolvimentismo. Manifesta-se, no que se disse acima, a oposição entre duas visões que sustentam, de um lado, a expansão do consumo de massa como elemento dinamizador do crescimento e, de outro, que a única forma de alcançar o desenvolvimento sem o obstáculo da restrição externa é através do aumento das exportações. Desta forma, julga-se correta a terceira hipótese apresentada na introdução deste trabalho, segundo a qual a principal diferença entre as vertentes do desenvolvimentismo brasileiro atual está na variável de demanda agregada (consumo *versus* exportações) a determinar o crescimento econômico. Reafirma-se o que foi dito nos capítulos anteriores: as demais variáveis econômicas não são irrelevantes seja para o novo-desenvolvimentismo, seja para o social-desenvolvimentismo. Na verdade, como se afirmou anteriormente, o mais importante não é nem qual variável será “eleita” aquela a dinamizar o crescimento, e sim como a variável em questão irá articular-se com as demais de forma a induzir o investimento autônomo.

Tendo-se em vista o que se acabou de afirmar, depreende-se que, em matéria de política cambial, há diferença importante. Os novos-desenvolvimentistas entendem que a estabilidade do câmbio em nível depreciado é a principal forma de incentivar o setor exportador. Diferenciam-se do velho desenvolvimentismo pelo excessivo grau de protecionismo que teria sido dado aos empresários industriais ao longo do processo de industrialização brasileira. Este excesso teria dificultado a criação de um núcleo endógeno de industrialização, como se afirmou no primeiro tópico do quarto capítulo. Desta forma, o câmbio deve ser mantido em nível de “equilíbrio industrial” e a competição empresarial encarregar-se-ia de induzir o progresso do setor. Esta política vai em sentido oposto àquilo que defendem os social-desenvolvimentistas.

Se, por um lado, na estratégia que se desenhou no segundo tópico do terceiro capítulo, a restrição externa é um problema patente, por outro, a depreciação cambial não pode ser a forma de enfrentá-lo. O cenário internacional muda constantemente e não haveria motivos para crer, nesta perspectiva, que a demanda externa fosse o foco do investimento do empresariado. Ao contrário, o mercado interno brasileiro, dada a sua enorme dimensão, oferece grandes possibilidades. Dadas as barreiras tecnológicas das indústrias mais “nobres” em tecnologia, o consumo de massa é entendido como a principal fonte de dinamismo. Portanto, depreciar a taxa de câmbio teria efeito perverso sobre os salários e sobre o consumo em um contexto de alto grau de pobreza e distribuição de renda desigual.

Em matéria de política monetária, há maiores semelhanças. Em ambas as vertentes, observa-se crítica severa ao regime macroeconômico vigente, sobretudo dos novos-desenvolvimentistas. Como foi explicado no quarto capítulo, em tópico dedicado à macroeconomia novo-desenvolvimentista, o tripé macroeconômico tende a manter as taxas de juros em níveis demasiadamente elevados. Isto tem como consequência, em primeiro lugar, a tendência à substituição da poupança interna por poupança externa. Este ponto não é tratado pelos social-desenvolvimentistas nestes termos, embora a preocupação com perda dos encadeamentos dos estímulos da demanda interna para o exterior seja recorrente. Em segundo lugar, uma tendência à financeirização das aplicações de recursos, considerada perversa para ambas as correntes. Taxas de juros altas inibem os investimentos produtivos. Como se está tratando de propostas industrialistas, compreende-se facilmente a defesa da redução das taxas de juros. Como terceira consequência, tem-se a intensificação de fluxos de capitais especulativos de curto prazo. Este é outro ponto comum enfatizado. Estes capitais não geram retornos produtivos no país e corroboram a volatilidade do câmbio. Além dos problemas citados acima, diagnosticados nos dois lados da controvérsia, também há o que se relaciona ao regime de metas de inflação. Tal regime seria problemático pelo seu rigor excessivo, que “engessa” a política monetária. Ao diagnosticar a inflação sempre como excesso de demanda, acaba-se forçando as taxas de juros para cima. Alia-se ao diagnóstico equivocado o fato de que a meta é rigorosa. Desta forma, deve-se procurar enfrentar a questão com um mix de políticas que levem em conta as diversas causas dos processos inflacionários.

Sobre a política fiscal, há alto grau de semelhança, embora tenha uma diferença de motivação. Ambas as vertentes, como se afirmou nos capítulos antecessores, propõem um regime fiscal que sirva para garantir a capacidade de investimento do Estado. Esta capacidade é importante para a atuação anticíclica, que tem o propósito de suavizar as oscilações na demanda agregada e sustentar o crescimento. Em segundo lugar, o investimento público tem

um papel de relevo. Entretanto, embora os novos-desenvolvimentistas afirmem ser o investimento em infraestrutura importante, não há o mesmo peso que no projeto social-desenvolvimentista. Primeiro, há uma diferença de ênfase notável. Segundo, para o social-desenvolvimentismo, o papel de coordenador do Estado – com subsídios fiscais para direcionar a ação dos investidores, investimento em infraestrutura social, etc. – é essencial na implementação da sua estratégia de longo prazo. A despeito destas diferenças, coloca-se, pois, a necessidade de garantir, na conta corrente<sup>45</sup>, o *superávit* que representará o saldo disponível para investimento na conta capital. Os novos-desenvolvimentistas enfatizam, em diferença, a necessidade de equilíbrio fiscal. Isto porque propõem, como foi repetido em parágrafo anterior, uma política de depreciação da taxa de câmbio, que tem resultado inflacionário. O *déficit* fiscal teria, neste caso, um resultado negativo sobre a estabilidade de preços.

Pelos testes de hipóteses a que se procedeu nos finais do terceiro e quarto capítulos, concluiu-se que ambas as correntes do pensamento desenvolvimentista contemporâneo preenchem os requisitos do conceito formulado por Fonseca (2015). Este conceito tem, em seu núcleo, aqueles elementos caracterizadores das experiências históricas desenvolvimentistas consagradas como tal pela literatura. Nesta perspectiva, observa-se que ambos projetos representam um “resgate” do pensamento econômico passado. Entretanto, no capítulo dedicado ao novo-desenvolvimentismo, aceitou-se a hipótese de que os atributos do núcleo conceitual se verificam com ressalvas importantes. O projeto desta vertente, como se argumentou anteriormente, é centralizado nas determinações de preços macroeconômicos, além de alguns aspectos institucionais. A política industrial ativa perde um espaço considerável, resumindo-se a interferências localizadas e passageiras, pouco trabalhadas em nível teórico. Além disso, acredita-se no poder dos mecanismos de mercado em alavancar o crescimento, desde que os referidos preços estejam em níveis corretos. Portanto, apesar da autodenominação, há diferenças importantes do novo-desenvolvimentismo em relação ao pensamento formador do desenvolvimentismo precursor (estruturalismo). Não se observa, nas análises desta vertente, um enfoque histórico-estrutural ou algo próximo a isso. De outro lado, o social-desenvolvimentismo, apesar de não se reivindicar herdeiro do velho desenvolvimentismo tal qual a outra corrente, guarda relações mais próximas. A elaboração de uma estratégia de longo prazo, que se expôs no terceiro capítulo, passa pelo exame das relações intersetoriais, das variáveis políticas e das restrições colocadas pelo setor externo. Observa-se, de tal forma, uma aproximação maior em relação às proposições cepalinas. Esta diferença de “herança”

---

<sup>45</sup> Refere-se à diferença entre a arrecadação e a soma das despesas correntes e de juros do setor público, conforme explicado no capítulo quatro, segundo tópico.



manifestou-se nos resultados dos testes de hipóteses, apesar de estas terem sido aceites em ambos casos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, Alice H. (2001). *The rise of the rest: challenges to the west from late-industrializing economies*. New York: Oxford University Press.

ARAÚJO, Eliane; GALA, Paulo. (2012). Regimes de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de política. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, pp. 41-56.

BARBOSA, Nelson. (2013). Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil.

BASILIO, Flávio A. C.; OREIRO, José L. (2015). Wage-led ou profit-led? Análise das estratégias de crescimento das economias sob o regime de metas de inflação, câmbio flexível, mobilidade de capitais e endividamento externo. *Economia e Sociedade*, vol. 24, n. 1 (53), pp. 29-56.

BASTOS, Pedro P. Z. (2012). A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, vol. 21, Número Especial, p. 779-810, dez.

BELLUZZO, Luiz G. (2009). Um novo estado desenvolvimentista? *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, n. 27, pp. 4-5.

BHADURI, Amit; MARGLIN, Stephen. (1990). Unemployment and the real wage\_ the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 14, n. 4, pp. 375-393.

BIANCARELLI, André; ROSSI, Pedro. (2014). A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, vol. 4, n. 1, pp. 21-38.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes.

\_\_\_\_\_. (2012). Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, vol. 21, Número Especial, pp. 729-747, dez.

\_\_\_\_\_. (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

BLECKER, Robert A. (1989). International competition, income distribution and economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 13, n. 3, pp. 395-412.

\_\_\_\_\_. (2000). The balance-of-payments-constrained growth model and the limits of export-led growth. *East Asian Economic Review*, vol. 4, n. 4, pp. 79-108.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2004). O novo desenvolvimentismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 2004.

\_\_\_\_\_. (2005). Macroeconomia pós-Plano Real: as relações básicas. In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renaut. (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

\_\_\_\_\_. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-25, jul./set.

\_\_\_\_\_. (2010a). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_. (2010b). As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, vol. 38, pp. 17-48, jul.-dez.

\_\_\_\_\_. (2012). Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos D. (Org.). *Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, pp. 37-65.

\_\_\_\_\_.; GALA, Paulo. (2007). Por que a poupança externa não promove crescimento. *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 1 (105), pp. 3-19, jan.-mar.

\_\_\_\_\_.; GALA, Paulo. (2010). Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 4 (120), pp. 663-686, out.-dez.

\_\_\_\_\_.; NAKANO, Yoshiaki. (2003). Crescimento econômico com poupança externa? *Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 2 (90), pp. 3-27, abr.-jun.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1971). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. (2010). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARNEIRO, Ricardo de M. (2012). Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, vol. 21, Número Especial, pp. 749-778, dez.

CARVALHO, Laura. (2018). *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

CERVO, Amado L. (2009). A construção do modelo industrialista brasileiro. *DEP – Diplomacia Estratégia Política*, n. 10, pp. 75-87.

CHANG, Ha-Joon. (1999). The Economic theory of the developmental State. In: WOO-CUMINGS, Meredith. (Org.). *The developmental State*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

COSTA, Fernando N. (2012). Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Texto para Discussão 205, Unicamp, Campinas, maio. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/05/30/tdie-205-desenvolvimento-do-desenvolvimentismo/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

EVANS, Peter. (1992). The State as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change. In: HAGGART, Stephan; KAUFMAN, Robert. (Orgs.). *Politics of economic adjustment*. Princeton: Princeton University Press.

FERRARI FILHO, Fernando; FONSECA, Pedro C. D. (2013). Qual desenvolvimentismo? Uma proposição à la wage-led keynesiano-institucionalista. *Anais do 41º Encontro Nacional de Economia* – ANPEC, Foz do Iguaçu, dez.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. (2015). Wich developmentalism? A keynesian-institutionalist proposal. *Review of Keynesian Economics*, vol. 3, n. 1, pp. 90-107.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz F. (2016). Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, vol. 26, n. 3, pp. 775-807.

FINELLO, Mariana. Feijó, Carmem. (2017). O desenvolvimentismo no Brasil: o debate atual. *Análise Econômica*, vol. 35, n. especial, pp. 233-262, jul.

FONSECA, Pedro C. D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Texto para Discussão 2103*, IPEA, Brasília, julho. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td\\_2103.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. (2016). Prejuízo conceitual. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 mar.

\_\_\_\_\_.; CUNHA, André M; BICHARA, Julimar S. (2013). *O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?* Nova Economia, vol. 23, n. 2, pp. 403-428, mai.-ago.

\_\_\_\_\_.; MONTEIRO, Sérgio M. M. (2005). Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 59, n. 2, pp. 215-243.

FURTADO, Celso. (1983). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.

\_\_\_\_\_. (2004). Os desafios da nova geração. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, jun.

\_\_\_\_\_. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2013). Reflexões sobre a pré-revolução brasileira. In: D'AGUIAR, Rosa F. (Org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 386-404.

GONÇALVES, Reinaldo. (2012). Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 31, fev.

HERRLEIN JR., Ronaldo. (2012). *Um roteiro para investigar o Estado desenvolvimentista na história*. Porto Alegre: Editora UFRGS. Mimeografado.

JAYME JR., Frederico G.; CROCCO, Marco. (2005). Vulnerabilidade externa e saldos comerciais no Brasil. In: SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renaut. (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

JOHNSON, C. (1982). *MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press.

\_\_\_\_\_. (1999). The developmental State: odyssey of a concept. In: WOO-CUMINGS, Meredith. (Org.). *The developmental State*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

LAVOIE, Marc; STOCKHAMMER, Engelbert. (2012). Wage-led growth: concept, theories and policies. *Conditions of Work and Employment Series*, n. 41, International Labour Office, Geneva. Disponível em: <[http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_192507.pdf](http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_192507.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

LEE, Frederic S. (2008). Heterodox economics. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Orgs.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2 ed., pp. 5790-5796.

LISBOA, Marcos B.; PESSOA, Samuel. (2016). Crítica ao novo-desenvolvimentismo. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, n. 19, pp. 181-189, jul.-dez.

MARCONI, Nelson; BRANCHER, Marco. (2017). A política econômica do novo-desenvolvimentismo. *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial, pp. 1-31.

MOLLO, Maria de L. R; AMADO, Adriana M. (2015). O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, vol. 24, n 1 (53), p. 1-28, abr.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 4 (124), pp. 507-527, out.-dez.

NOVY, Andreas. (2009). O retorno do Estado desenvolvimentista no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 36, n.4, pp. 121-128.

OBSTFELD, Maurice; ROGOFF, Kenneth. (1996). *Foundations of International Macroeconomics*. Cambridge: Mit Press.

OREIRO, José L. C. (2012). Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, pp. 29-40.

OREIRO, José L.; PAULA, Luiz F. (2012). O novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. In: OREIRO, José L; PAULA, Luiz F; BASÍLIO, Flavio (Orgs.) *Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora Universitária UFPE.

PAULA, Luiz F. (2008). Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos (Orgs.). *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 217-239.

PESSÔA, Samuel. (2014). Deu errado o ensaio desenvolvimentista: depoimento [06 de abril, 2014]. São Paulo: *Jornal Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,deu-errado-o-ensaio-desenvolvimentista-imp-,1149939>>. Acesso em 16 out. 2018.

PRASAD, Eswar; ROGOFF, Kenneth; WEI, Shang-Jim; KOSE, Ayhan. (2003). Effects of financial globalization on developing countries: some empirical evidence. Artigo Ocasional 220, FMI, setembro. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/docs/2003/031703.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

PREBISCH, Raúl. (2000). O desenvolvimento econômico e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, pp. 69-136.

ROSSI, Pedro. (2015). Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista. *Texto para Discussão 2029*, IPEA, Brasília, janeiro. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td\\_2029.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td_2029.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renaut. (2005). Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.) *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SILVA, Leandro R. (2013). *Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930 - 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo*. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SINGER, André. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed.

SCHNEIDER, Ben R. (1999). The Desarrollista State in Brazil and Mexico. In: WOO-CUMINGS, Meredith. (Org.) *The developmental State*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

STEIN, Alexandre de Q. *Desenvolvimentismo no primeiro governo Dilma: intencionalidade, capacidades políticas e financeirização*. (2016). 105 f. Monografia (Bacharelado em Ciências



Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WADE, Robert. (1990). *Governing the market: economic theory and the role of the government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University Press.

## APÊNDICE

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos da economia brasileira (1995–2017)

Indicador/Período	(continua)											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>INPC - Variação Anual (%)</b>	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,1	2,8
<b>Crescimento Real do PIB (%)<sup>46</sup></b>	...	2,21	3,39	0,34	0,47	4,39	1,39	3,05	1,14	5,76	3,20	3,96
<b>Salário Mínimo (R\$)</b>	100,0	112,0	120,0	130,0	136,0	151,0	180,0	200,0	240,0	260,0	300,0	350,0
<b>Salário Mínimo Real<sup>47</sup></b>	100,0	102,6	105,4	111,4	107,5	113,4	123,5	119,6	130,0	132,7	145,8	165,4
<b>Coefficiente de Gini</b>	0,599	0,600	0,600	0,598	0,592	...	0,594	0,587	0,581	0,569	0,566	0,560
<b>PIB<sup>48</sup></b>	706,0	854,8	952,1	1.002,4	1.087,7	1.199,1	1.315,8	1.488,8	1.718,0	1.957,8	2.170,6	2.409,4
<b>Consumo das Famílias</b>	449,8	556,9	621,8	642,9	703,5	774,5	843,5	921,5	1.062,5	1.178,7	1.313,3	1.456,2
<b>Consumo do Governo</b>	147,7	168,8	186,0	201,2	215,2	225,0	254,5	294,9	327,7	361,5	410,0	458,7
<b>Formação Bruta de Capital</b>												
<b>Fixo</b>	143,2	159,3	182,1	185,9	185,1	219,5	242,3	266,9	285,3	339,1	370,2	414,7
<b>Variação de Estoques</b>	-21,1	-11,7	-12,9	-3,8	4,1	7,2	4,3	-7,1	4,3	11,6	3,2	14,6
<b>Taxa de Investimento</b>	17,3%	17,3%	17,8%	18,2%	17,4%	18,9%	18,7%	17,4%	16,9%	17,9%	17,2%	17,8%

<sup>46</sup> PIB a preços de mercado (referência 2010).

<sup>47</sup> Número Índice (1995 = 100).

<sup>48</sup> Os indicadores PIB, Consumo das famílias, Consumo do Governo, Formação Bruta de Capital Fixo e Variação de Estoques são apresentados a preços correntes (R\$ bilhões).

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos da economia brasileira (1995–2017)

<b>Indicador/Período</b>	(conclusão)										
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>INPC - Variação Anual (%)</b>	5,2	6,5	4,1	6,5	6,1	6,2	5,6	6,2	11,3	6,6	2,1
<b>Crescimento Real do PIB (%)</b>	6,07	5,09	-0,13	7,53	3,97	1,92	3,00	0,50	-3,77	-3,46	0,99
<b>Salário Mínimo (R\$)</b>	380,0	415,0	465,0	510,0	545,0	622,0	678,0	724,0	788,0	880,0	937,0
<b>Salário Mínimo Real</b>	170,8	175,1	188,5	194,2	195,6	210,2	217,1	218,2	213,4	223,6	233
<b>Coefficiente de Gini</b>	0,552	0,542	0,538	...	0,533	0,527	0,497	0,494	0,491	0,525	0,549
<b>PIB</b>	2.720,3	3.109,8	3.333,0	3.885,8	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.259,2	6.559,9
<b>Consumo das Famílias</b>	1.628,8	1.857,5	2.065,0	2.340,2	2.637,8	2.956,8	3.290,4	3.638,4	3.835,2	4.007,3	4.161,2
<b>Consumo do Governo</b>	515,3	585,9	655,0	739,0	817,0	892,2	1.007,3	1.106,9	1.185,8	1.262,8	1.315,1
<b>Formação Bruta de Capital</b>											
<b>Fixo</b>	489,5	602,8	636,7	797,9	901,9	997,5	1.114,9	1.148,5	1.069,4	1.009,2	1.025,6
<b>Variação de Estoques</b>	49,6	69,5	-10,2	49,2	53,3	33,7	41,7	39,0	-25,4	-46,1	-8,6
<b>Taxa de Investimento</b>	19,8%	21,6%	18,8%	21,8%	21,8%	21,4%	21,7%	20,5%	17,4%	15,4%	15,5%

Fontes: IBGE (Sistema de Contas Nacionais) e IPEADATA.